

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ANNELIZA BAPTISTA RIBEIRO

**PERFIL DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.**

**VITÓRIA
2014**

ANNELIZA BAPTISTA RIBEIRO

**PERFIL DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Gestão Pública do Centro de
Jurídicas e Econômicas da Universidade
Federal do Espírito Santo, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Gestão Pública.

Orientador: Dr. Hélio Rosetti Junior.

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R484p Ribeiro, Anneliza Baptista, 1981-
 Perfil dos servidores da Universidade Federal do Espírito
 Santo com empréstimo consignado / Anneliza Baptista Ribeiro. –
 2014.
 95 f. : il.

 Orientador: Hélio Rosetti Junior.
 Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
 Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
 Jurídicas e Econômicas.

 1. Universidade Federal do Espírito Santo – Servidores
 públicos. 2. Empréstimo bancário. 3. População - Estatísticas. 4.
 Dívidas.. 5. Educação – Finanças.I. Rosetti Junior, Hélio. II.
 Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
 Jurídicas e Econômicas. III. Título.

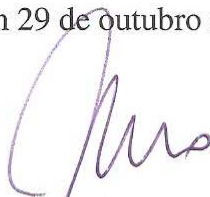
CDU: 35

PERFIL DOS SERVIDORES DA UFES COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Anneliza Baptista Ribeiro

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 29 de outubro de 2014 por:



Hélio Rosetti Junior, DSc – UFES – Orientador



Teresa Cristina Janes Carneiro, DSc – UFES



Luciano Lessa Lorenzoni, DSc – IFES

AGRADECIMENTOS

À Deus.

A minha família, especialmente ao meu irmão pelo incentivo aos estudos e a minha mãe Tereza pelos esclarecimentos edificantes.

A minha amiga Fabiana por toda ajuda oferecida e contribuições prestadas.

À Maria Beatriz pelas valiosas sugestões e correções que propôs ao trabalho, pela disponibilidade e amizade.

Ao professor Hélio Rosetti pela orientação.

À professora Teresa pelo auxílio nas análises estatísticas, que foi fundamental para a concretização da pesquisa.

Aos colegas que, de forma voluntária, responderam o questionário da pesquisa, assim como os que colaboraram fornecendo os dados para a concretização deste trabalho.

“Fórmula para o sucesso: $A = X+Y+Z$, em que A é sucesso, X é trabalho, Y é lazer e Z é boca fechada”.

(Albert Einstein)

RESUMO

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo cujo valor da parcela incide sobre o salário do devedor. Com alto índice de adesão nos últimos anos, é o meio de acesso ao crédito mais comum entre os servidores públicos, pelas baixas taxas de juros, entre outros atrativos, o que contribui para expor a risco seus vencimentos com dívidas. Buscando atender ao objetivo principal de identificar se características do perfil demográfico dos servidores ativos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) estão relacionadas ao comprometimento de seus rendimentos com empréstimos consignados, foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa, utilizando dados cadastrais e financeiros do ano de 2013 destes servidores, obtidos no banco de dados institucional e através da aplicação de questionários, dos quais totalizaram 210 tidos como válidos. Todas as informações foram tratadas por meio de recursos estatísticos, como análise descritiva dos dados, tabelas de contingências com interpretação do valor do qui-quadrado e regressão logística. Os resultados indicam que as variáveis escolaridade, renda, número de dependentes e gênero estão associadas ao comprometimento da renda com empréstimos consignados e que os homens, apesar de aparecerem em maior número entre os que aderem a esse tipo de empréstimo, comprometem menos seus rendimentos com ele, quando comparados às mulheres. Indivíduos do gênero feminino, com menor nível de escolaridade e renda mais baixa foram os mais propensos a adquirirem empréstimos descontados em folha. Por fim, apesar das análises apontarem que apenas a ausência de educação financeira não explica o alto comprometimento da renda com consignado, muitos dos entrevistados afirmaram não dominar o tema e se sentirem despreparados para administrarem suas finanças pessoais. Nesse sentido, o plano de intervenção proposto no objetivo e descrito ao final da pesquisa, sugere que a instituição invista na educação financeira dos servidores; preste apoio psicológico aos sobreendividados e proíba o estímulo ao consumo no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Empréstimo consignado; Perfil demográfico; Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo; Endividamento; Educação financeira.

ABSTRACT

The credit consigned is defined as a type of loan whose value of the monthly installment is deducted in the salary of the debtor. With a high level of adhesion in the past years, is the most common kind of access to credit used by public servants because of the low interest rate, among other attractives, which contributes to expose to risk their income. To accomplish the main goal of identifying if characteristics of demographic profile of the servants in activity at Federal University of Espírito Santo (UFES) are connected with the commitment of their incomes to consigned loans a research with quantitative approach was elaborated using personal and financial data of the servants in the year 2013 obtained from the institution's database and through a survey which totalized 210 valid responses. All the informations were analyzed using statistical's resources, like descriptives analysis of the data, table of contingencies with chi-square interpretation and logistic regression. The results show that the variables education, income, number of dependent and gender are associated with the increase of the commitment of income with consigned loan and that, even though men appear as the gender that most chooses this kind of loan, they commit least of their income with it, when compared to women. Females and those with lower levels of education and income are more likely to commit a bigger percentage of their wage with discounted loan on leaf. Ultimately, even though the results show that only the lack of financial education does not explain the high level of involvement of their wage with loans, many respondents said they did not master the subject and find it difficult to manage their own personal finances. Thus, the intervention's plan proposed on the beginning and described in the end of the research suggests that the institution needs to invest in the financial education of servers; provide psychological support to over-indebted and forbid initiatives that stimulate consumption at the workplace.

Keywords: Credit consigned; Demographic profile; Servants at Federal University of Espírito Santo; Indebtedness; Financial education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais instituições financeiras conveniadas à UFES.	27
Quadro 2 - Total de servidores da UFES – Janeiro / 2013.....	44
Quadro 3 - Resumo fonte dos dados.	45
Quadro 4 - Estatística descritiva das variáveis numéricas no ano de 2013.	53
Quadro 5 – Transcrição das respostas abertas sobre sugestões de cursos na área financeira e separadas conforme temática.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total em reais do valor repassado as instituições financeiras referente aos empréstimos consignados da UFES.	29
Gráfico 2 - Comprometimento da renda das famílias brasileiras com empréstimos no sistema financeiro.	34
Gráfico 3 - Amostra conforme grau de instrução para cada gênero.....	54
Gráfico 4 - Amostra por estado civil para cada gênero.	55
Gráfico 5 – Estado civil dos respondentes.	66
Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos respondentes.	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Saldo das operações de crédito consignado do país de 2011 a 2013. ...	28
Tabela 2 - Endividamento das famílias com o sistema financeiro nacional de 2005 a 2013.	33
Tabela 3 - Número servidores conforme Grau de instrução e Estado civil.....	55
Tabela 4 – Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Gênero.	56
Tabela 5 - Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Grau de instrução.....	57
Tabela 6 – Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Faixa de renda média.....	58
Tabela 7 – Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Estado civil.	59
Tabela 8 – Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Número de dependentes no imposto de renda.	60
Tabela 9 - Estatísticas globais da regressão logística.....	60
Tabela 10 – Regressão logística – Método <i>backward stepwise</i> – variáveis mantidas na equação.....	61
Tabela 11 – Média do rendimento e do valor da parcela de acordo com o gênero...	62
Tabela 12 - Média do rendimento e do valor da parcela de acordo com o grau de instrução.....	63

Tabela 13 – Total de servidores conforme número de dependentes e faixa etária...	67
Tabela 14 - Outras modalidades de acesso ao crédito usadas pelos respondentes.	68
Tabela 15 – Respostas para afirmação sobre interesse em participar de evento na área de educação financeira na instituição.	69
Tabela 16 - Número e percentual de servidores por categoria de Educação financeira e Número de empréstimos consignados.	70
Tabela 17 - Número e percentual de servidores por categoria de Educação financeira e Aquisição de empréstimos consignados.	71
Tabela 18 – Frequência com que recebem ofertas de crédito.	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil.
DW-SIAPE	<i>Data Warehouse</i> (Banco de Dados) do Sistema Integrado de Administração de Pessoas.
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos.
FECOMÉRCIO-SP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo.
HUCAM	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
NTS	Núcleo de Treinamento dos Servidores
OCDE	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento.
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional.
PIB	Produto Interno Bruto.
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoas.
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2	OBJETIVO.....	19
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO ESPERADA	19
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	21
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....	23
2.1.1	Legislação do Crédito Consignado no Brasil.....	24
2.1.2	Acesso ao crédito consignado.....	26
2.1.3	Comportamento do consignado no Brasil.....	27
2.1.4	Comportamento do consignado dos servidores da UFES	29
2.2	ENDIVIDAMENTO	30
2.2.1	Consumismo e endividamento.....	31
2.3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	34
2.3.1	Importância e agentes propagadores da educação financeira	36
2.4	ESTUDOS CORRELATOS	38
3	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	41
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA	41
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	42
3.3	POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA.....	43
3.4	OBTENÇÃO DOS DADOS.....	44
3.4.1	Dados obtidos por intermédio de relatórios.....	45
3.4.2	Dados obtidos por intermédio do questionário.....	46
3.5	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	47
3.5.1	Técnicas estatísticas para análise dos dados dos relatórios	47
3.5.2	Técnica estatística para análise dos questionários.	52
4	RESULTADOS	53
4.1	ANÁLISE DOS DADOS DOS RELATÓRIOS.....	53
4.1.1	Perfil descritivo da amostra	54
4.1.2	Análise do comprometimento da renda conforme o perfil através da tabela de contingência	56

4.1.3	Regressão logística dos dados dos relatórios.....	60
4.2	RESULTADOS DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	65
4.2.1	Perfil dos respondentes	66
4.2.3	Análise da educação financeira.....	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
6	PLANO DE INTERVENÇÃO.....	76
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
	APÊNDICES.....	88
	APÊNDICE A – Modelos de regressão criado no SPSS pelo método backward.....	88
	APÊNDICE B - Questionário aplicado via internet (Google drive) aos servidores ativos da UFES.	90
	ANEXOS	94
	Anexo A – Modelo de relatório mensal do SIAPE com os total referentes a consignações descontadas dos servidores repassadas aos bancos.	94
	Anexo B – Tabela com dados do endividamento das famílias brasileiras, retirada do extrato de dados do site do Banco Central do Brasil.....	96

1 INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou o advento da estabilidade financeira a partir de 1994, a qual provocou profunda mudança no mercado através da inserção de novos clientes no sistema financeiro (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006). O controle inflacionário permitiu o crescimento da economia e consequentemente da competitividade, que levou as empresas a adotarem estratégias de incentivo ao consumo ao longo dos anos e contribuiu para o endividamento recorde das famílias, com auge em 2013 (BCB, 2013).

Os fatores estabilidade e crescimento da economia elevaram a renda da população permitindo seu acesso a bens duráveis e naturalmente à linhas de crédito, inserindo novos indivíduos ao sistema econômico, o que Frade (2007) chamou de democratização dos meios de pagamento. Esse processo, segundo a autora, originou múltiplas formas de financiamento das mercadorias, ampliando o crédito.

O comportamento das operações de crédito no país se manteve ascendente nos últimos anos, segundo demonstrativos divulgados pelos órgãos de gestão do governo. Consta nas planilhas do Banco Central do Brasil (BCB) que em 2013 a soma total das operações creditícias das pessoas físicas do sistema financeiro teve um crescimento de 15,08% (BCB, 2014).

Essas operações destinadas às pessoas físicas englobam diferentes modalidades de crédito, sendo que o consignado está inserido na categoria de crédito pessoal, que somou 320,3 bilhões em 2013. Deste total, 69% representa o montante dos empréstimos consignados, que, comparado ao ano anterior apresentou um crescimento de 17,6% (BCB, 2014).

A mesma fonte de dados esboça, em série temporal, que a evolução do crédito consignado foi expressiva nos últimos nove anos. Tendo como parâmetro março de 2004, ano em que seus indicadores passaram a ser registrados, verifica-se que as operações representaram 0,6% do PIB, atingindo o patamar de 4,9% do PIB em janeiro de 2013 (BCB, 2013).

Camargo (2009) atribuiu a elevação e a relevância atingida pelo crédito consignado, a partir de 2004, à Lei 10.820 de dezembro de 2003 que permitiu estender esse tipo de empréstimo aos trabalhadores da iniciativa privada, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Soma-se a isso o fato de ser uma operação atrativa pelas baixas taxas de juros praticadas.

Embora a normatização tenha permitido o acesso a empréstimos com desconto em folha de pagamento aos trabalhadores com carteira assinada, os servidores públicos ainda são apontados como maioria entre aqueles que comprometem sua renda com este tipo de crédito. Em novembro de 2013 o montante das dívidas de servidores somadas representava 61,2% do total das operações de crédito consignado realizadas no país (TEMÓTEO, 2013).

Também foi observado comportamento ascendente na aquisição de crédito consignado entre os servidores ativos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que serviram de referência para esta pesquisa. O total descontado em folha e repassados às instituições financeiras conveniadas à UFES aumentou 43% em dois anos, com base nos saldos de janeiro de 2011 e dezembro de 2013 dos relatórios das operações de empréstimos com desconto em folha de pagamento.

Nesse sentido, optou-se por utilizar na pesquisa os servidores ativos da UFES, por se tratar de um grupo numeroso e, portanto, representativo de funcionários pela importância da universidade para o Estado do Espírito Santo. Almejou-se, então, verificar se o aumento na aquisição de empréstimos consignados está relacionado como perfil demográfico dos servidores, através de informações contidas no banco de dados da instituição. Um questionário também foi aplicado para colher informações complementares ao trabalho, principalmente sobre a educação financeira, a fim de propor um plano de ação para gestão das finanças pessoais dos envolvidos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As operações de crédito consignado contratadas por pessoas físicas no país apresentaram, em seu saldo, uma evolução de 9,7 bilhões de reais em 2004, para 220,8 bilhões em novembro de 2013. Desse total, 135,2 bilhões se referem ao montante da dívida dos servidores públicos junto aos bancos por meio de empréstimos consignados, volume 7,5 vezes maior que os débitos dos trabalhadores da iniciativa privada (aproximadamente 18 bilhões) e duas vezes superior à fatura que os beneficiários da Previdência (65,7 bilhões) têm pendurada com as instituições financeiras na mesma modalidade de crédito. No acumulado do ano de 2013, o aumento nos descontos referentes ao setor público alcançou 16,5%, enquanto o crescimento do total geral das operações foi 12%. (TEMÓTEO, 2013).

Esses dados mostram-se significativos se considerarmos que a soma de servidores estatutários e militares no país, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)(apud Temóteo, 2013), chega a 6,9 milhões de pessoas ante 46,6 milhões de trabalhadores do setor privado e 27,7 milhões de segurados da previdência.

O forte endividamento do funcionalismo público normalmente é atribuído a dois fatores: a estabilidade no emprego e o maior salário, sendo este segundo comprovado através da renda média dos servidores, que em setembro de 2013 alcançou o valor de R\$ 3,2 mil, 84,5% acima da registrada pelos profissionais do setor privado com carteira assinada, que foi de R\$ 1,7 mil (IBGE apud TEMÓTEO, 2013).

Entretanto, não só o aspecto econômico está relacionado ao endividamento. Conforme concepção de autores que estudaram o assunto no Brasil, Ribeiro *et al*(2009), Matos e Bonfanti(2008), Flores *et al*(2013),e no exterior, Sung e Hanna (1996), Faff; Hallahan e Mckenzie (2004), Kotler e Keller(2006),Ponchio (2006), Zerrenner (2007), características ligadas ao perfil e ao comportamento também explicam a aquisição de dívidas por parte dos indivíduos.

Assim, identificar se aspectos pessoais contribuem para o endividamento é relevante, pois possibilita o detalhamento da dívida e de seu adquirente, além de facilitar o direcionamento das ações para amenizar o problema. Zerrenner (2007) recomenda como ferramenta para auxiliar os indivíduos com descontrole de gastos a educação financeira e a define como sendo um importante instrumento para a tomada de decisões, através do planejamento orçamentário.

Ressalta-se que o ambiente de trabalho é um local propício para abordar o assunto. Segundo Holzmann e Miralles (2005) as empresas constituem um dos agentes que contribuem para a educação em finanças pessoais. Kim e Garman (2004) atestam que essas instituições obtêm ganhos relevantes ao desenvolverem programas no âmbito da educação não formal para contenção da incapacidade financeira, que é apontada como fator desencadeante de problemas de saúde que prejudicam o rendimento dos trabalhadores e contribuem para o aumento do absenteísmo (GARMAN; LEECH; GRABLE, 1996; KIM; GARMAN, 2003).

Ao estudar a educação financeira no ambiente institucional Claudino *et al* (2009) procuraram identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos técnico-administrativos de uma universidade pública e concluíram que o maior conhecimento acerca do assunto exerce influência na condição de menores níveis de endividamento.

Diante do exposto a pesquisa orientou-se pelo seguinte questionamento:

características do perfil demográfico dos servidores ativos da UFES podem explicar um maior comprometimento da renda com empréstimo consignado?

Para responder essa pergunta é necessário analisar o comportamento do empréstimo consignado dos servidores da UFES e o perfil de seus tomadores, o que será feito com base nas informações do banco de dados da autarquia. A segunda parte do estudo faz uso de um questionário para coleta de informações voltadas a educação financeira, que é tida como principal

ferramenta de ação para frear o endividamento e serviu de base para fundamentar o plano de intervenção proposto ao final da pesquisa.

1.2 OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é testar a relação entre variáveis do perfil demográfico dos servidores da UFES e o comprometimento da renda com empréstimos consignados no ano de 2013, obtidas através de relatórios institucionais. Também será aplicado um questionário para levantar informações complementares e dados sobre educação financeira.

Após as análises propostas será possível sugerir ações para melhoria da gestão financeira dos servidores, a fim de evitar endividamentos excessivos por parte dos mesmos, com ênfase no emprego da educação financeira.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Inicialmente evidencia-se que o endividamento das pessoas físicas agravou-se de forma global nos últimos anos a ponto de ser considerado um problema social (HENNIGEN, 2010). Os relatórios do Banco Central mostram que o endividamento das famílias vem registrando alta desde que a série histórica começou a ser registrada pela autoridade monetária, em janeiro de 2005, quando iniciou em um patamar bem menor, de 18,39%. Em fevereiro de 2007, atingiu a marca de 25% e, no início de 2008, superou a barreira dos 30%. No começo de 2011 foi registrada a marca dos 40% e em julho de 2013 atingiu o percentual recorde de 45,1% (BCB, 2013).

Consoante já mencionado na introdução da pesquisa, verifica-se que os servidores públicos são os maiores tomadores de empréstimo consignado, com participação de 61,2% no total das operações registradas no país. Esse percentual é expressivo uma vez que eles representam apenas 8,5% dos clientes potenciais dessa carteira de crédito que também abarca os

trabalhadores da iniciativa privada e segurados da previdência (TEMÓTEO, 2013).

Justifica-se também que o endividamento pode ser uma condição que acarreta problemas no desempenho do trabalho e, portanto, no âmbito da instituição, sendo um assunto de relevante interesse social. O endividamento pessoal já foi identificado como um estado que causa transtornos com reflexos na saúde (JACOBY, 2007; MELTZER *et al*, 2012). Jacoby (2007) associou os problemas ligados a insolvência ao estresse que acaba emergindo para a atividade laborativa, enquanto Meltzer *et al* (2012) relacionou o endividamento a fatores desencadeantes de distúrbios mentais comuns como ansiedade, depressão, entre outros.

Em contrapeso aos problemas citados, tem-se o emprego da educação financeira como forma de melhorar o controle dos gastos pessoais atestada por autores, tais como Zerrenner (2007), que o defende como solução para evitar o endividamento e Marques e Frade (2004), os quais afirmam encontrar nessa prática instrumentos capazes de frear o sobreendividamento¹.

Entretanto, considera-se ainda pouco explorado o tema crédito consignado, posto que não foram identificados estudos relacionando sua adesão ao perfil demográfico de servidores públicos através da regressão logística, tampouco tendo como variável dependente o comprometimento da renda com empréstimo consignado.

Espera-se, através do emprego das variáveis escolhidas, obter uma boa representatividade acerca dos gastos com consignado, pois segundo Kasznar e Gonçalves (2007), quanto mais significativo o peso de uma variável isolada ou de um conjunto de variáveis explicativas, com maior certeza poderá se afirmar que tais fatores afetam o comportamento da variável respota procurada.

¹ O sobreendividamento é entendido como uma situação de insolvência e incapacidade de cumprir compromissos financeiros.

Atesta-se também que a segunda etapa da pesquisa, que resultou na aplicação de um questionário e analisou as características do endividamento e o conhecimento acerca do tema educação financeira, foi motivada pela constatação prévia de que a instituição não dispõe de curso específico nessa área, voltado aos servidores.

Ao final desse estudo, anseia-se conhecer detalhes sobre os empréstimos consignados realizados pelos servidores da UFES que permitam identificar se há no perfil dos indivíduos características que contribuem para adesão a esse tipo de empréstimo e, por conseguinte, propor ações de educação financeira úteis aos endividados e à universidade.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Nesse tópico serão estabelecidos os principais limites das análises e abrangência da pesquisa, a saber:

- Perfil demográfico: Advém da demografia, a qual estuda as populações humanas sob uma perspectiva quantitativa, sendo o perfil demográfico definido como os fatores que caracterizam estas populações. Muito empregado no marketing para definição dos públicos alvo de campanhas, engloba aspectos como faixa etária, nível socioeconômico, gênero, classe social, entre outros.
- Instituição pesquisada: é uma autarquia federal que faz parte da administração pública indireta e presta, principalmente, serviços voltados à educação superior².

² Uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 1996).

- Período de referência: foi analisado o ano de 2013, em virtude dos índices recordes de endividamento alcançados pelas famílias brasileiras(contexto nacional) e da trajetória ascendente do montante gasto com empréstimos consignados pelos servidores da instituição pesquisada.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho foi estruturado em seis capítulos. O primeiro refere-se a introdução dos assuntos abordados ao longo da pesquisa, determina seus objetivos e justifica sua importância. O segundo capítulo evidencia o referencial teórico que visa fundamentação do tema e começa abordando sobre o empréstimo consignado, seguido do endividamento para o término definir a educação financeira e seu papel, e, ao final, mencionar os trabalhos correlatos. A metodologia é abordada no capítulo três onde se verificam os procedimentos metodológicos utilizados no estudo e suas classificações, assim como a população, a amostra, os meios de coleta de dados e as técnicas de tratamento estatístico a eles aplicados. Os resultados são apresentados no quarto capítulo que esboça a análise dos dados obtidos por meio de relatórios e do questionário seguido das considerações finais, que traz as conclusões. Por fim, o sexto e último capítulo intitulado Plano de Intervenção propõe melhorias a serem implementadas pela instituição junto aos servidores para amenizar as adversidades encontradas, visto que as respostas dos questionários apontaram o interesse dos servidores detentores de empréstimos consignado e outras dívidas em obterem auxílio para melhor administrarem suas finanças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

O empréstimo consignado, também chamado crédito consignado, é aquele cujo pagamento é descontado diretamente da conta dos tomadores, que são, principalmente, servidores públicos (CAMARGO, 2009). Essa é uma das modalidades que o mercado oferece para acesso a recursos financeiros de terceiros. Sabendo que os termos empréstimo, crédito e financiamento serão citados ao longo da pesquisa, faz-se relevante diferenciar esses três conceitos.

O Banco Central do Brasil define empréstimo como um contrato entre o cliente e a instituição financeira através do qual o tomador recebe uma quantia que deverá ser devolvida à empresa fornecedora do crédito em prazo determinado, acrescida dos juros estipulados. Caberá ao adquirente do empréstimo decidir a destinação que dará ao recurso obtido. Já o financiamento é uma modalidade de contrato que vincula o montante obtido a um bem e o valor a que se refere deve possuir uma destinação específica.

O crédito pode ser entendido como sinônimo de confiança, na definição de Silva (1998) e serve tanto para delimitar o limite do recurso financeiro posto à disposição do cliente quanto para caracterizar sua espécie, por isso, a terminologia crédito consignado também é bastante usada para especificar o empréstimo consignado.

Esse tipo de empréstimo surgiu com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito pelos trabalhadores de empresas públicas e privadas, ou aposentados, através do desconto dos valores referentes às prestações em folha de pagamento. Sua modelagem permite a aplicação de taxas de juros abaixo daquelas normalmente praticadas pelo mercado, pois reduz o “risco de inadimplência, um dos fatores determinantes na composição do *spread*³ bancário” (BCB, 2005, p. 70).

³*spread*: Diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. Também representa a diferença entre o preço de compra e de venda de título ou moeda. Demonstra o prêmio adicional que deve ser pago por um devedor em relação a uma taxa de referência (BCB, 2014).

2.1.1 Legislação do Crédito Consignado no Brasil

O crédito consignado foi regulamentado pela Lei 1.046 de 1950 que normatizou os diferentes descontos realizados na folha de pagamento dos funcionários públicos ativos, aposentados e pensionistas, as chamadas consignações. Essa lei, também conhecida como “lei da consignação em pagamento” estabeleceu o regramento geral sobre descontos autorizados incidentes nos salários de tais servidores.

Aprevisão acerca dos descontos de empréstimos está expressa no capítulo IV da Lei, e, em princípio, estabelecia que apenas instituições governamentais e Caixa Econômica poderiam fornecer esse serviço, o que restringia o acesso à esse tipo de operação, cujo prazo limite era de 48 meses.

Anos depois, a Lei 8.112 de 1990 dinamizou o crédito consignado, pois em seu artigo 45, parágrafo único, passou a permitir o desconto em favor de terceiros sobre a remuneração para servidores públicos federais desde que expressamente autorizado, assim dispondo: “Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento”.

A regulamentação desse desconto foi estabelecida inicialmente pelo Decreto 1.502 de 1995 revogado pelo atual Decreto 6.386 de 2008. Sua função é estabelecer diretrizes para o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)⁴ do Governo Federal. Também traz uma definição importante sobre os agentes envolvidos no processo, pois se considera para fins do decreto:

Consignatário: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado destinatária dos créditos resultantes das consignações compulsória ou facultativa, em decorrência de relação jurídica estabelecida por contrato com o consignado;

⁴ O SIAPE será substituído pelo Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP), cujo desenvolvimento se iniciou em outubro de 2010 (SERPRO, 2011).

Consignante: órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta, que procede, por intermédio do SIAPE, descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor público ativo, do aposentado ou do beneficiário de pensão, em favor do consignatário;

Consignado: servidor público integrante da administração pública federal direta ou indireta, ativo, aposentado, ou beneficiário de pensão, cuja folha de pagamento seja processada pelo SIAPE, e que por contrato tenha estabelecido com o consignatário relação jurídica que autorize o desconto da consignação.

A partir de 2003, o público alvo dessa modalidade de empréstimo foi ampliado, pois ocorreu a autorização para que o benefício fosse estendido aos trabalhadores, aposentados e pensionistas do INSS.

Segundo Camargo (2009) o crédito consignado, permitido desde 1990 aos servidores públicos, somente ganhou importância após a sua regularização para trabalhadores do setor privado, com a Lei 10.820 de 2003, e, principalmente, para aposentados e pensionistas do INSS, em 2004. Também nesse ano, foram feitas alterações significativas na legislação que trata do produto, destacando-se: a possibilidade de contratação sem a necessidade de transferência de domicílio bancário e da vinculação do benefício ao banco concededor de empréstimos e financiamentos (Decreto 5.180 de 2004) e a estipulação de um limite máximo para comprometimento do rendimento de 30% (Lei 10.953 de 2004), que, apesar de já praticada, não estava prevista no texto legal.

A fixação de um valor limite da renda mensal que pode ser comprometida com empréstimo é definida como margem consignável pelo Decreto 6.386 de 2008, que também recomenda aprazar os contratos em no máximo 60 meses, com possível intuito de frear o gasto excessivo. Isso porque as facilidades de aquisição do consignado e as baixas taxas o tornam bastante atrativo aos consumidores, o que poderia acarretar mau uso dos salários e perigo de elevado endividamento, principalmente para pessoas de baixa renda.

Apesar dos atrativos há um fator restritivo para essa modalidade de empréstimo que está no fato de se limitar à economia formal (aposentado, pensionistas, funcionários públicos e empregados do setor privado com carteira

assinada), excluindo boa parte da população, que se encontra na informalidade (BARONE; SADER, 2008).

2.1.2 Acesso ao crédito consignado

Os trabalhadores podem adquirir o crédito em consignação através de bancos e/ou financeiras, que são algumas das instituições financeiras existentes no mercado. Essas instituições captam recursos dos poupadores e os fornecem aos tomadores de crédito e suas funções são definidas por Gitman (1997, p.30) da seguinte forma:

“Muitas instituições financeiras, direta ou indiretamente, pagam aos poupadores juros sobre os fundos depositados; outras prestam serviços que são cobrados de seus depositantes (por exemplo, a taxa de serviços incidentes sobre contas correntes). Algumas instituições financeiras captam poupanças e emprestam esses fundos a seus clientes; outras investem as poupanças de seus clientes em ativos rentáveis, tais como bens imóveis ou ações e títulos de dívida; e ainda existem outras que tanto emprestam fundos quanto investem as poupanças”.

Gitman (1997) afirma que os fornecedores de fundos, tomadores de empréstimos e investidores realizam suas negociações no mercado financeiro, definido por Brigham e Houston (1999) como o local onde as pessoas e as organizações que buscam liquidez são reunidas com aqueles que possuem fundos excedentes, objetivando realizar o repasse de fundos entre eles, mediante um contrato entre as partes.

Deve-se esclarecer que independente da instituição financeira escolhida, ao adquirir o recurso financeiro por meio de dívida sempre existirá a cobrança de taxas e de juros. Isso porque todo negócio possui risco, o qual se mostra bastante elevado na atividade de fornecer crédito a terceiros e se apresenta sob a forma de inadimplência ou falta de pagamento.

Ressalta-se que a atuação das consignatárias é definida na Lei 10.820 de 2003 que em seu texto atesta:

Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil será feita a critério da instituição consignatária, sendo os

valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e seu regulamento.

Ainda no artigo 4º é esclarecida a responsabilidade do empregador em efetuar o desconto e fazer o repasse a consignatária, conforme abaixo:

§ 4º Para a realização das operações referidas nesta Lei, é assegurado ao empregado o direito de optar por instituição consignatária que tenha firmado acordo com o empregador, com sua entidade sindical, ou qualquer outra instituição consignatária de sua livre escolha, ficando o empregador obrigado a proceder aos descontos e repasses por ele contratados e autorizados.

Em caráter informativo foi elaborado um quadro (Quadro 1) com as principais instituições bancárias e financeiras conveniadas à UFES, para concessão de empréstimo consignado aos seus servidores.

Quadro 1 - Principais instituições financeiras conveniadas à UFES.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
BANCO ALFA	BANESTES S/A
BANCO BGN	BANCO LUSO BRASILEIRO
BANCO BMC	BERGS
BANCO BMG	CECM UFV
BANCO CRUZEIRO DO SUL	CEF
BANCO DAYCOVAL	CIASPREV
BANCO FIBRA	COOPSEF/ES
BANCO INTERMEDIUM	CRED-UFES
BANCO ITAÚ	EQUATORIAL
BANCO MATONE	HSBC BANK BRASIL
BANCO PANAMERICANO	MONGERAL
BANCO RURAL	PARANA BANCO
BANCO SANTANDER	PREVIMIL
BANCO SOFISA S.A	SABEMI SEG
BANCO VOTORANTIM	SABEMI/PP

Fonte: relatório SIAPE - L.A54120.AF
Elaborado pela autora

2.1.3 Comportamento do consignado no Brasil

Dados do relatório do Banco Central, expostos na Tabela 1, sobre a evolução das operações de crédito consignado nos últimos três anos, mostram que de janeiro de 2011 até dezembro de 2013 houve um incremento de mais de 50%

no saldo final das operações realizadas no país, referentes a tal modalidade. Ao comparar o acumulado de cada ano, verifica-se uma elevação de 18,10% no saldo de 2011 para 2012 e a manutenção de um crescimento semelhante, 18,25%, de 2012 para 2013.

Tabela 1 – Saldo das operações de crédito consignado do país de 2011 a 2013.

Crédito do sistema financeiro - recursos livres – consignado (valores em milhões)					
2011		2012		2013	
jan/11	139.246	jan/12	161.858	jan/13	192.166
fev/11	141.840	fev/12	164.769	fev/13	195.434
mar/11	142.150	mar/12	167.349	mar/13	198.840
abr/11	143.935	abr/12	170.256	abr/13	202.467
mai/11	145.738	mai/12	174.031	mai/13	206.378
jun/11	147.892	jun/12	177.161	jun/13	209.391
jul/11	150.587	jul/12	179.884	jul/13	212.106
ago/11	154.027	ago/12	183.040	ago/13	214.951
set/11	155.626	set/12	182.506	set/13	216.835
out/11	157.277	out/12	185.434	out/13	218.779
nov/11	159.117	nov/12	187.712	nov/13	220.754
dez/11	159.349	dez/12	188.879	dez/13	221.878
Total	1.796.784	Total	2.122.879	Total	2.509.979

* Pesquisa com treze dos maiores bancos que operam com crédito pessoal, assim como os empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito.

Fonte: Banco Central do Brasil.

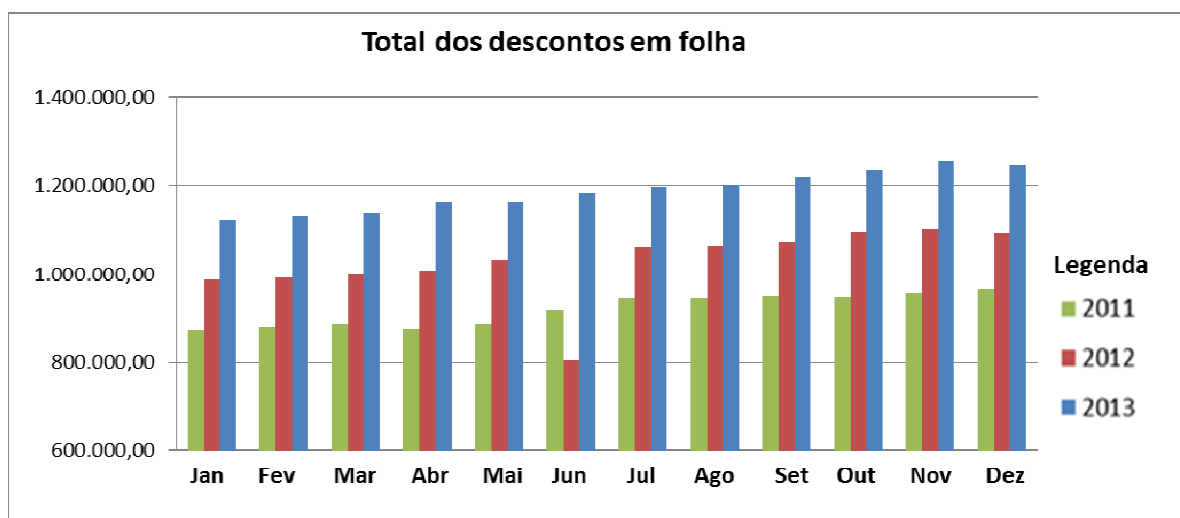
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>

Segundo relatório de estabilidade financeira do Banco Central, publicado em setembro de 2013, o crescimento dos empréstimos em consignação destacou-se entre os demais com elevação de 10,9% considerando apenas o primeiro semestre de 2013 e 18,2% em doze meses. O documento ressalta a concentração das operações de consignado por funcionários públicos (61,4%) e pensionistas do INSS (30,3%), e justifica que esses dois grupos se referem aos tomadores com risco de crédito mais reduzido para as instituições quando comparados aos funcionários de empresas privadas, os quais possuem menor estabilidade no emprego.

2.1.4 Comportamento do consignado dos servidores da UFES

Dados extraídos do sistema DataWarehouse SIAPE(DW-SIAPE)⁵ sobre o crédito consignado dos servidores mostram que o valor repassado às instituições financeiras referentes ao desconto das parcelas totalizou R\$ 871.599,08, em janeiro de 2011, e, em dezembro de 2013 esse montante correspondeu a 1.244.894,00, representando um aumento de 43%. O gráfico 1 demonstra essas informações mês a mês. Por se tratar de uma base de dados recente, os valores constavam no sistema a partir do ano de 2011, quando começaram os registros.

Gráfico 1 - Total em reais do valor repassado as instituições financeiras referente aos empréstimos consignados da UFES.



Fonte: DW-SIAPE – elaborado pela autora.

Apesar de não contemplar os propósitos do trabalho, houve o cuidado de se investigar se tal aumento ocorreu devido ao ingresso de novos adquirentes na carteira de consignado. O relatório indicou apenas uma pequena elevação no total de servidores com consignado de um ano para o outro. Isso pressupõe que a expansão do crédito consignado não se explica pela adesão de novos tomadores de empréstimo, podendo ser atribuída a outros fatores como elevação do valor da parcela, ou seja, da dívida.

⁵Link para acesso ao sistema DW-SIAPE - <https://dw.siapenet.gov.br>.

O gráfico 1 também confirma a trajetória ascendente dos descontos com consignado nos salários dos servidores da UFES, com exceção do mês de junho de 2012, quando houve menor arrecadação dos três anos ocasionada pela diminuição do repasse da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, porém, sem motivo que possa fundamentá-la.

2.2 ENDIVIDAMENTO

O endividamento surge no momento em que o indivíduo ao necessitar de um recurso financeiro, contrai uma dívida com terceiros com prazo determinado para saldar o débito, quase sempre acrescido de encargos financeiros, ou seja, “constitui o saldo devedor de um agregado familiar” (MARQUES; FRADE, 2004).

As razões que levam os consumidores a assumirem dívidas são diversas. Entre elas, Fiorentini (2004) destaca: dificuldades financeiras, desemprego, perda de controle dos gastos, atraso de salário, comprometimento ou redução da renda, doenças, entre outros; sendo que estes motivos podem se agravar em épocas de crise econômica.

Frente aos problemas para saldar seus débitos, os indivíduos se deparam com várias formas e fontes de crédito oferecidas pelo mercado. Claudino; Nunes e Silva (2009) descrevem como principais meios de pagamento à disposição: cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimentos e capital de giro), hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos.

Ocorre que ao adquirir empréstimos, o consumidor é atraído pela facilidade com que o mercado os oferece, porém nem sempre é lembrado de associar o valor e o prazo da parcela a sua disponibilidade de renda presente e futura, cujo crescimento normalmente não se equipara ao aumento da dívida, fato que a torna impagável.

O desequilíbrio financeiro pode assumir maiores proporções quando o tomador de crédito deixa de cumprir o pagamento configurando a inadimplência, que, por sua vez, pode levar o indivíduo a realizar mais de um financiamento, acarretando o chamado múltiplo endividamento. Segundo Haas (2006), a má situação financeira do devedor pode se agravar ao ponto do seu rendimento não ser suficiente para cobrir suas dívidas durante um longo período, ainda que ocorra a queda do padrão de vida, levando-o ao sobreendividamento.

Para Marques e Frade (2004, p.4), o sobreendividamento, também chamado falência ou insolvência dos particulares, refere-se aos “casos em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas”.

2.2.1 Consumismo e endividamento

O uso do dinheiro como um instrumento que permite aos cidadãos, de uma maneira geral, adquirirem bens e serviços, tem contribuído para definir, em grande parte, as características da sociedade moderna. É preciso reconhecer que a vida social do homem se expressa em função de ações fundamentadas em aspectos econômicos, com destaque para as relações mercantis que o sujeito estabelece com seu entorno (DENEGRÍ, 1995).

Segundo Pereira e Strehlau (2012), é por meio destas relações que se constroem identidades e estruturam-se valores, categorias e estilos de vida. Cria-se, portanto, significações precisas em que os indivíduos definem padrões de comportamento de acordo com os bens que adquirem. Dessa forma, o consumo determina status, diferenciação e semelhança entre os grupos sociais e consiste em uma forma das pessoas se sentirem interligadas à sociedade.

O termo sociedade de consumo é bastante utilizado para definir o contexto criado pela evolução do sistema econômico vigente baseado na produção e aquisição de bens em massa. Nela o consumismo é visto como um fenômeno

cultural que permite analisar relações sociais, categorias simbólicas e verdades inerentes aos atores sociais através dos bens (BARBOSA, 2004).

A ação de adquirir uma mercadoria transcende a escala das necessidades humanas, uma vez que envolve um processo de comunicação, de colaboração e de transação entre os envolvidos e forma um conjunto de processos socioculturais por trás da relação comercial em si. (PEREIRA; STREHLAU, 2012).

Essa ideia é veiculada pelo sistema capitalista, uma vez que o desenvolvimento industrial sempre ascendente precisa se sustentar, e para isso, cria uma demanda desnecessária de bens e os indivíduos acabam adquirindo produtos dispensáveis e muitas vezes associam a obtenção da mercadoria à satisfação pessoal e, até mesmo, à própria felicidade.

Hennigen (2010, p.3) afirma que a discussão e a compreensão acerca do rumo da sociedade atual passam pela reflexão e definição da sociedade de consumo e aborda três aspectos a ela relacionados: “a crescente produção de mercadorias industrializadas, a extensão do sistema de crédito – e, conseqüentemente, do endividamento – e a constituição da cultura do consumo”. A autora conclui o raciocínio ao defender que a sociedade do consumo é baseada no estímulo constante ao dispêndio, através do uso de métodos que influenciam os consumidores a adquirirem bens e serviços supérfluos, com destaque para as estratégias de marketing.

A falsa realidade que põe em evidência gastos desnecessários é difundida pelo marketing e constitui a causa do descontrole das finanças pessoais dos indivíduos. Ela encontra ambiente para propagação e autossustentação no mercado financeiro e nas diversas formas para aquisição de crédito que ele oferece.

Para Barbosa, Silva e Prado (2012), diferentes opções de pagamento facilitam cada vez mais os processos de compra, empréstimo e financiamento. Apesar de contribuírem para que as famílias se endividem, elas são alternativas

criadas para facilitar a obtenção de recursos financeiros que aquecem a economia e agilizam as atividades mercantis existentes na sociedade.

No contexto nacional o endividamento é significativo entre as famílias brasileiras. Desde que o Banco Central passou a registrá-lo, vê-se que seus valores apresentam-se de forma ascendente, conforme mostra a tabela abaixo (Tabela 2).

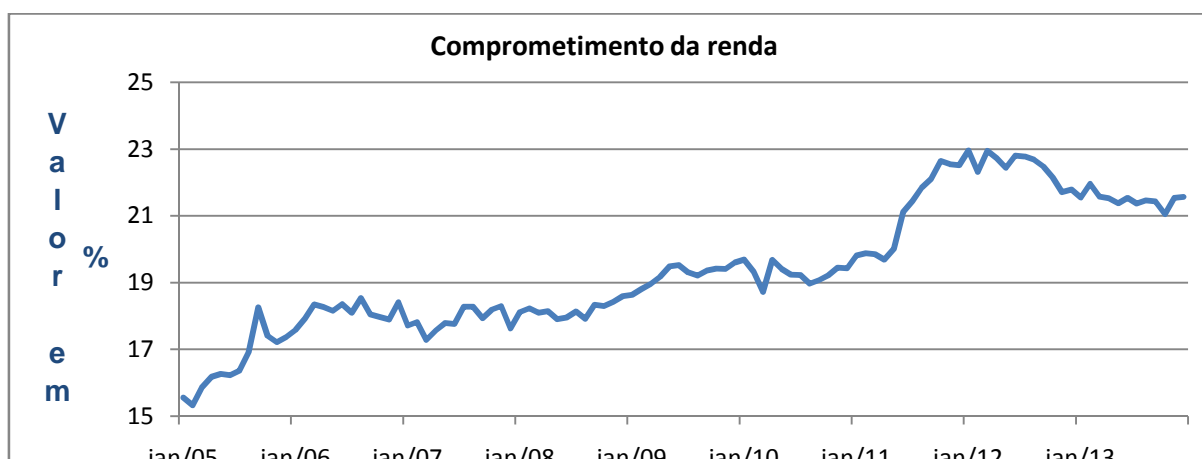
Tabela 2 - Endividamento das famílias com o sistema financeiro nacional de 2005 a 2013.

Endividamento ao longo dos anos							
Mês/AA	%	Mês/AA	%	Mês/AA	%	Mês/AA	%
jan/05	18,4	abr/07	26,1	jul/09	33,8	out/11	41,7
fev/05	18,8	mai/07	26,7	ago/09	34,2	nov/11	41,9
mar/05	19,2	jun/07	26,8	set/09	34,6	dez/11	41,7
abr/05	19,6	jul/07	27,3	out/09	35,0	jan/12	42,1
mai/05	19,9	ago/07	27,7	nov/09	35,2	fev/12	42,2
jun/05	20,1	set/07	27,9	dez/09	35,4	mar/12	42,4
jul/05	20,3	out/07	28,7	jan/10	35,8	abr/12	42,6
ago/05	20,8	nov/07	29,2	fev/10	36,1	mai/12	42,9
set/05	21,1	dez/07	29,1	mar/10	36,5	jun/12	43,2
out/05	21,4	jan/08	29,6	abr/10	36,9	jul/12	43,4
nov/05	21,6	fev/08	30,0	mai/10	37,3	ago/12	43,8
dez/05	21,5	mar/08	30,5	jun/10	37,5	set/12	43,5
jan/06	22,0	abr/08	30,9	jul/10	37,8	out/12	43,6
fev/06	22,3	mai/08	31,3	ago/10	38,1	nov/12	43,6
mar/06	22,7	jun/08	31,5	set/10	38,5	dez/12	43,4
abr/06	23,1	jul/08	31,8	out/10	38,8	jan/13	43,6
mai/06	23,4	ago/08	31,9	nov/10	39,2	fev/13	43,8
jun/06	23,5	set/08	32,2	dez/10	39,2	mar/13	44,0
jul/06	23,8	out/08	32,9	jan/11	39,5	abr/13	44,3
ago/06	24,1	nov/08	32,7	fev/11	39,9	mai/13	44,6
set/06	24,2	dez/08	32,2	mar/11	40,1	jun/13	44,9
out/06	24,3	jan/09	32,2	abr/11	40,3	jul/13	45,1
nov/06	24,5	fev/09	32,5	mai/11	40,8	ago/13	45,4
dez/06	24,5	mar/09	32,8	jun/11	40,9	set/13	45,3
jan/07	24,9	abr/09	33,0	jul/11	41,0	out/13	45,4
fev/07	25,3	mai/09	33,3	ago/11	41,4	nov/13	45,6
mar/07	25,6	jun/09	33,5	set/11	41,5	dez/13	45,5

Fonte: (BCB, 2014).

Trata-se de uma série temporal que apresenta, em termos percentuais, o indicador de endividamento das famílias com dívidas bancárias. Ele é obtido pela divisão do valor total da dívida pela massa salarial ampliada disponível (MSAD) dos últimos doze meses e sofreu uma alteração na metodologia de seu cálculo passando a utilizar prestações constantes e taxas médias de juros a fim de reduzir seu valor. Esse índice não pode ser confundido com o comprometimento médio da renda mensal das famílias com dívidas (Gráfico 2). A título explicativo, foi incluído na pesquisa o gráfico seguinte que mostra como está o comprometimento da renda das famílias brasileiras com empréstimos bancários.

Gráfico 2 - Comprometimento da renda das famílias brasileiras com empréstimos no sistema financeiro.



Fonte: (BCB, 2014).

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A competitividade criada pelo crescimento econômico proporciona aos consumidores que recorrem ao mercado financeiro, excessiva oferta de crédito e meios de pagamentos. Isso torna importante que os indivíduos estejam preparados para lidar com as situações cada vez mais complexas do mundo financeiro (LUCCI *et al*, 2006).

Assim, a educação financeira surge como método de auxílio sobre como administrar as finanças pessoais e, segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) é definida como:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.13).

Quando o indivíduo torna-se capaz de gerir seu dinheiro de forma harmoniosa com suas necessidades e capacidade econômica, a educação financeira é estabelecida. E, após conseguir saldar seus débitos e formar poupança, torna-se, então, possível fazer uso da gestão financeira ou planejamento financeiro pessoal (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Segundo Saito (2007), a gestão financeira serve como instrumento de apoio para as pessoas que diariamente se deparam com decisões de consumo. Diante das incertezas referentes aos gastos, elas procuram a satisfação máxima de suas necessidades e a otimização dos escassos recursos que dispõem (MANKIW, 2009).

Os métodos de administrar o próprio patrimônio compõem as finanças pessoais, compreendidas como uma ciência que utiliza conceitos financeiros como ferramentas para a tomada de decisões dos indivíduos, levando em consideração seus eventos financeiros, bem como sua fase de vida, a fim de auxiliar o planejamento financeiro (SAITO, 2007). O autor cita como exemplos de tarefas associadas às finanças pessoais: estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de correntes, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e de gastos.

Assim, tem-se como um dos princípios das finanças pessoais o de satisfazer, com base na disponibilidade financeira, as preferências de consumo das pessoas, inclusive todas as necessidades básicas da vida, como alimentos, vestuário e abrigo, e, dominar essa área do conhecimento para aplicá-la ao

cotidiano tanto do indivíduo quanto dos que contribuem para suas despesas é o papel da educação financeira (BODIE; MERTON, 2000).

Machado (2011) afirma que a educação financeira ajuda as famílias e os adultos a compreenderem seus perfis de risco ao consumirem um produto financeiro ou frente a uma decisão de investimento; o que poderia protegê-los de alguns financiamentos absurdos e de uma má aceção de risco que levaria qualquer pessoa ao endividamento.

Lucci *et al* (2006) analisou a influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos e concluiu que o conhecimento em conceito sobre finanças aprendidos na universidade afetou positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino.

O objetivo principal almejado com práticas de controle dos gastos consiste em estabelecer mecanismos estratégicos que permitam à pessoa adquirir seu patrimônio e conseguir mantê-lo. O resultado alcançado poderá atender as necessidades de curto, médio ou longo prazo e visa garantir estabilidade econômico-financeira ao indivíduo (CAMARGO, 2007).

2.3.1 Importância e agentes propagadores da educação financeira

Os riscos associados à falta de conhecimento financeiro da população podem trazer consequências indesejáveis expondo os cidadãos a ações de pessoas mal intencionadas. Eles acarretam: erros na tomada de decisão, falta de planejamento das finanças pessoais, visão negativa sobre os produtos e as empresas que atuam no setor; podendo inviabilizar as pessoas de alcançarem seus objetivos (SANTOS, 2009).

A falta de informação consistente leva o indivíduo a agir de forma financeiramente irresponsável, seja por não estar preparado para enfrentar situações de dificuldades econômicas, seja por assumir compromissos

superiores à sua capacidade de quitá-los, levando a um aumento dos níveis de inadimplência.

Dessa maneira, a educação financeira apresenta-se a uma parcela considerável da sociedade como um instrumento necessário para informação e preparo frente aos desafios do complexo mundo econômico atual. Ao adquirirem conhecimentos mais amplos sobre gestão das finanças pessoais, os indivíduos estarão mais seguros para planejar e tomarem decisões sobre gastos que se adequem às suas reais necessidades.

É, portanto, relevante que os programas de educação financeira ajudem os consumidores de produtos e serviços creditícios a encontrarem soluções adequadas aos seus anseios e, ao mesmo tempo, a ampliarem a compreensão sobre os riscos inerentes do mercado (OCDE, 2005). Destarte, o aprendizado proporcionado pelo adestramento financeiro deve conferir aos consumidores uma visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, com a sua realidade econômica.

O auxílio à população na função de melhor alocar seus recursos através da educação financeira geralmente é propiciado por agentes sociais que surgem como facilitadores dessa missão (BODIE; MERTON, 2000). Tem-se como exemplo de agentes promotores da educação financeira: escolas, empresas, governos, instituições financeiras, organizações não governamentais, entre outros (HOLZMANN; MIRALLES, 2005 apud SANTOS, 2009).

Desse modo, o tema deve integrar as ações do governo e de empresas, se inserindo na agenda das práticas de Responsabilidade Social Empresarial, que prevê que as responsabilidades das empresas vão além das questões econômicas e legais, compreendendo também as responsabilidades éticas, morais e sociais (VELOSO, 2005 apud SANTOS, 2009).

2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Este tópico destaca estudos anteriores que versaram sobre questões voltadas ao endividamento e a educação financeira, buscando explicá-las através de características do perfil demográfico dos entrevistados.

Para estudar a propensão ao endividamento e os gastos dos estudantes dos alunos de Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Ribeiro *et al* (2009) avaliaram a influência de fatores comportamentais (materialismo e uso de cartão de crédito) e de perfil (gênero, idade e religião). Foi realizada uma *survey* junto a 168 estudantes e a propensão ao endividamento foi medida por um índice criado a partir da soma das respostas de nove variáveis. Mediu-se a influência das variáveis de perfil na propensão ao endividamento através do teste t de diferença entre médias e do teste qui-quadrado e foi constatado que as mulheres são mais propensas ao endividamento.

A propensão ao endividamento e sua relação com fatores comportamentais também foi pesquisada por Flores, Vieira e Coronel (2013), porém entre os servidores da UFSM. Os autores realizaram uma pesquisa *survey* junto a 246 servidores e coletaram os dados por meio de um questionário estruturado, com escalas quantitativas para mensurar endividamento, materialismo, risco e educação financeira. Entre os resultados, mostrou-se que há uma maior percepção de risco dos casados em relação aos solteiros, sendo que quanto mais elevada esta percepção e maior o grau de educação financeira menor a propensão ao endividamento.

Ainda sob a ótica do endividamento, cita-se os autores Matos e Bonfanti (2008) que propuseram e testaram um modelo teórico integrador dos principais fatores influenciadores do comportamento compulsivo de compra de um grupo de adolescentes do sul do país, estando o perfil demográfico entre os aspectos investigados. Eles registraram uma maior incidência desse fenômeno nos indivíduos do sexo feminino.

Reputa-se também a pesquisa de Flores et al (2013) que estudaram o comportamento materialista e o endividamento, verificando a influência de fatores socioeconômicos através de uma pesquisa com 1.856 indivíduos na mesorregião central do estado no Rio Grande do Sul. As conclusões referentes ao endividamento mostram que a maior parte dos entrevistados possuem dívidas e a dificuldade de saná-las no prazo afeta 36% deles. Os mais propensos a contraírem dívidas foram as mulheres, com mais de 38 anos, separadas ou viúvas e com renda mensal de até três salários mínimos. Ponchio (2006) estudou o materialismo entre consumidores de baixa renda em São Paulo associando atitudes que levam ao endividamento à variáveis demográficas, constatou apenas leve dependência em relação à variável gênero: mulheres são mais favoráveis ao endividamento que os homens.

Verifica-se, então, que os indivíduos reagem de maneira diferente quando almejam ou projetam uma dívida futura. Kotler e Keller (2006) evidenciaram a influência de determinadas características pessoais, como por exemplo, idade, estágio no ciclo de vida, ocupação, hábitos, dentre outras, na tomada de decisões financeiras.

Essa constatação é reforçada por dois estudos que associaram a tolerância pessoal ao risco financeiro com variáveis ligadas ao perfil demográfico. No primeiro Sung e Hanna (1996) analisaram características individuais como idade, sexo e escolaridade e o resultado apontou tais variáveis como representativas, enquanto no segundo Faff; Hallahan e McKenzie (2004) testaram diversas variáveis e encontraram gênero, idade, número de dependentes, estado civil, renda e riqueza como sendo significativas.

Também foi testada a relação entre fatores pessoais e nível de endividamento. Crook (2001) estudou a dívida das famílias nos Estados Unidos da América (EUA) e identificou que renda, casa própria e tamanho da família são impactantes quando se trata em contrair obrigações financeiras.

Do ponto de vista da redução do endividamento tem-se o trabalho de Claudino, Nunes e Silva (2009) que procuraram identificar sua relação com o nível de educação financeiros servidores públicos da Universidade Federal de Viçosa

(UFV). No referido estudo, foram aplicados 343 questionários com questões objetivas, cuja finalidade foi avaliar o conhecimento dos entrevistados sobre questões financeiras básicas e planejamento financeiro, em uma parte, e levantar dados referentes à renda, escolaridade e endividamento, em outra. Os autores atestaram que a escolaridade, em relação à idade e renda, é a variável demográfica que mais se relaciona com o nível de endividamento. Já a análise da relação entre educação financeira e endividamento aponta que os piores níveis de dívidas estão associados ao baixo conhecimento de educação financeira.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Com relação aos objetivos da pesquisa, o presente estudo classifica-se como descritivo, pois sua função primordial é retratar as características de determinada população ou fenômeno, assim como estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

Essa definição aplica-se tanto ao objetivo principal que é identificar características do perfil demográfico dos servidores da UFES que podem contribuir para um maior comprometimento da renda com empréstimo consignado através da análise de variáveis, quanto na avaliação da dívida e da educação financeira proposta por meio da aplicação do questionário na segunda etapa do trabalho.

No que se refere a abordagem verifica-se que ela é do tipo quantitativa. Oliveira (1999) atesta que o método quantitativo é muito usado em pesquisas descritivas com uso de técnicas estatísticas que variam das simples às mais complexas e completa afirmando que é a natureza do problema ou seu nível de aprofundamento que irá determinar o método a ser escolhido.

A coleta dos dados se concretizou de duas formas: parte em banco de dados do sistema do governo federal DW-SIAPE e parte através da aplicação de um questionário estruturado.

O local escolhido para realização do estudo foi a UFES, a população estudada foram os servidores ativos da instituição e a amostra composta por todos os que adquiriram empréstimo consignado em 2013 mais os 210 voluntários que responderam o questionário (já excluído o aposentado).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O local de realização do estudo foi a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), instituição de ensino superior fundada em 5 de maio de 1954. Em 2013, possuía aproximadamente 1.650 professores e 2.500 servidores técnico-administrativos. Possui quatro campi universitários: em Goiabeiras e Maruípe, ambos na capital; no município de Alegre (sul do Estado); e em São Mateus (no norte capixaba).

Está vinculada ao Ministério da Educação e tem como missão:

“gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e socializando conhecimento para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento humano sustentável.” (UFES, 2010, p. 10).

Ao longo dos seus 56 anos de história, a Universidade é a principal instituição de ensino superior do Estado do Espírito Santo, atuando também em outras áreas do saber e é, reconhecidamente, uma das mais bem conceituadas do país. Por ser uma das mais sólidas instituições públicas do estado, é responsável por exercer um papel de grande relevância no seu desenvolvimento (UFES, 2010, p.12).

Das suas finalidades estatutárias, aquela que está relacionada ao tema do estudo é a assistencialista que se mostra na “prestação de serviços à sociedade e à comunidade universitária de forma perene, contínua e de qualidade” (UFES, 2010, p.43). A assistência na UFES deve se pautar nas diretrizes de relevância social, com impacto e bem estar dos estudantes e na qualidade de vida dos seus servidores e dependentes de forma que cada unidade de ensino, na sua especialidade, poderá prestar os mais diversos tipos de assistência nas áreas: agrárias, culturais, econômicas, jurídicas, de saúde, sociais, tecnológicas, dentre outras (UFES, 2010).

Entende-se, portanto, que ao identificar questões que afetam o bem-estar dos servidores, como o endividamento, e desenvolver ações que trabalhem as

desconformidades, haverá contribuição para que a Universidade desenvolva seu papel.

3.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRA

Os servidores ativos de três campi da UFES constituíram a população usada como base para este estudo, tanto na coleta das informações em banco de dados da instituição quanto na aplicação dos questionários. O Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM), em Maruípe, não foi considerado.

Optou-se por analisar apenas os servidores ativos porque se encontravam em quantidade bastante representativa nos relatórios e foram maioria absoluta dos respondentes dos questionários (segunda parte da pesquisa). Soma-se a isso ao fato da pesquisa propor, em seus objetivos, sugestões de melhorias que agreguem ganhos à instituição, as quais são mais apropriadas aos servidores ativos por estarem efetivamente envolvidos com o dia a dia da universidade.

Dessa forma excluiu-se da amostra os servidores aposentados, pois, compreendeu-se, ainda na fase de levantamento de dados, que se trata de um grupo numeroso e com outras características diferentes dos servidores em atividade, o que poderia interferir no resultado do trabalho. Frisa-se que servidores ativos são aqueles em efetivo exercício, ou seja, tanto no desempenho das atribuições de um cargo efetivo como também das atribuições de um cargo comissionado.

A seguir é apresentado o Quadro 2 que relaciona todos os servidores ativos e inativos da Universidade em janeiro de 2013. Os servidores cuja situação do vínculo é ativo permanente (EST-01) representaram o principal grupo analisado pela pesquisa, sejam professores ou técnico-administrativos. Também foram incluídos os servidores com vínculo permanente, em atividade, mas que desempenham sua função em outro órgão, como por exemplo os cedidos

(EST-08). Todos aqueles com vínculo trabalhista em caráter temporário ou que não são regidos pelo estatuto dos servidores foram desconsiderados.

Quadro 2 - Total de servidores da UFES – Janeiro / 2013.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	SITUAÇÃO VÍNCULO	QTDE VINC SERV
CDT-52*	CONT.PROF.SUBSTITUTO	56
CDT-53*	CONTR.PROF.VISITANTE	11
CDT-54*	CONT.PROF.TEMPORARIO	88
CLT-20*	CELETISTA	1
CLT-44*	EXERC.÷7º ART93 8112	54
EST-01	ATIVO PERMANENTE	3.754
EST-02*	APOSENTADO	1.843
EST-03	REQUISITADO	1
EST-04	NOMEADO CARGO COMIS.	5
EST-08	CEDIDO	18
EST-11	EXCEDENTE A LOTACAO	6
EST-15	INSTITUIDOR PENSÃO	425
EST-18	EXERC DESCENT CARREI	4
EST-19*	EXERCICIO PROVISORIO	1
EST-42*	COLABORADOR ICT	1
MRD-05*	SEM VÍNCULO	140
RMP-05*	SEM VÍNCULO	7
Total		6.415

Fonte: Data Warehouse – SIAPE

*vínculos que não fizeram parte da amostra.

3.4 OBTENÇÃO DOS DADOS

As informações, conforme já mencionado, foram obtidas por meio de duas fontes: através de relatórios do banco de dados DW-SIAPE referentes aos servidores da universidade e por meio de questionário aplicados junto aos mesmos. A seguir, o quadro abaixo (Quadro 3) resume as fontes de dados para a pesquisa relacionando-as com as variáveis analisadas.

Quadro 3 - Resumo fonte dos dados.

Assunto	Variáveis	Fonte de dados
Características pessoais	Gênero	Relatório SIAPE / Questionário
	Faixa de idade	Relatório SIAPE / Questionário
	Faixa de renda	Relatório SIAPE / Questionário
	Escolaridade	Relatório SIAPE / Questionário
	Nº de dependentes no IR / Nº de dependentes	Relatório SIAPE / Questionário
Características da dívida	Quantidade de empréstimos consignados	Questionário
	Valor e prazo do empréstimo	Questionário
	Outras formas de acesso ao crédito	Questionário
	Prazo da dívida	Questionário
Conhecimento educação financeira	Possui curso de educação financeira	Questionário
	Onde fez o curso	Questionário

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

3.4.1 Dados obtidos por intermédio de relatórios

As informações utilizadas na pesquisa foram coletadas no banco de dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoas (SIAPE) que consiste em um software integrado de todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos. Esse sistema permite acessar tanto os elementos do perfil quanto dos recebimentos e descontos dos servidores públicos federais.

Destaca-se que a maior parte dos dados está disponível no portal da transparência do site do governo federal e no site da Pró-reitora de Gestão de Pessoas (PROGEP) da universidade, que divulga mensalmente a relação atualizada de servidores, suas funções, ano de ingresso, entre outros dados cujo cruzamento foi facilitado pelo uso do DW-SIAPE.

Com base na disponibilidade das informações e tendo como base a relevância e a presença destas em estudos anteriores, fez-se a escolha das variáveis da pesquisa. Por fim, ficou estabelecido como corte temporal da pesquisa o ano de 2013, visto que, conforme mencionado no referencial teórico, tratou-se de um ano com índice recorde de endividamento das famílias no contexto nacional.

3.4.2 Dados obtidos por intermédio do questionário

O uso do questionário (APÊNDICE B) serviu apenas para complementar as informações obtidas nas bases de dados da instituição estudada, uma vez que detalhes sobre dívidas pessoais e educação financeira dependem de respostas espontâneas. O aprofundamento do estudo através do questionário fundamentou-se na ausência de curso específico sobre educação financeira fornecido pelo Núcleo de Treinamento dos Servidores (NTS). Buscou-se registros de anos passados sobre os cursos oferecidos nesse setor e foi verificado que nunca existiu um curso específico voltado para finanças pessoais, constando apenas outros na área de matemática básica e financeira.

Dessa forma, as informações sobre o perfil dos respondentes que compuseram o questionário, em parte, repetiram aquelas encontradas nos relatórios, a fim de possibilitar complementar e cruzar os dados. As demais perguntas abordaram questões sobre a quantidade de consignados, conhecimento e interesse sobre educação financeira, entre outras indispensáveis para tornar viável o objetivo final desta pesquisa.

O questionário foi confeccionado em meio eletrônico por meio da ferramenta de criação de formulários do Google Drive, que é um serviço fornecido gratuitamente por um site da internet. Entendeu-se que ao disponibilizar um questionário em meio digital a adesão de respondentes seria mais efetiva, pois fica a critério do próprio participante estabelecer o horário e o local para preenchimento.

Sendo assim, a amostra foi obtida pela adesão espontânea dos servidores que se dispuseram a colaborar com a pesquisa no período compreendido entre parte do mês de março até o final de abril de 2014. O questionário foi enviado via e-mail e a adesão foi de 210 servidores ativos respondentes e 1 aposentado, o qual foi descartado, uma vez que não pertencia ao grupo que se optou por estudar.

3.5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os dados foram analisados na seguinte ordem: primeiro os dos relatórios do banco de dados institucional e após os dos questionários, sendo que, inicialmente empregou-se a estatística descritiva para esboçar o perfil das amostras. Posteriormente foram empregados métodos de inferência estatística (análise do p-valor de qui-quadrado e do coeficiente V de Crammer) e estatística multivariada (regressão logística) para cruzar as informações e buscar relações entre as variáveis. Para os relatórios da instituição, optou-se pelo emprego da regressão logística e da tabela de contingência e para as informações retiradas dos questionários usou-se a tabela de contingência.

Todas essas informações foram exploradas estatisticamente com o auxílio do *software* SPSS (versão 18), que se encontra disponível gratuitamente para teste na internet, com exceção da parte de gráficos e tabelas que foram elaboradas no programa Excel 2010. O nível de significância utilizado nas análises foi de 5%, e se refere ao valor que serve de parâmetro para a probabilidade de incorrer no erro do tipo I (rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira).

Ao final serão apresentadas as considerações finais e a proposta de um plano de intervenção para agregar melhorias à realidade encontrada.

3.5.1 Técnicas estatísticas para análise dos dados dos relatórios

3.5.1.1 Tabela de contingência

A tabela de contingência é usada para resumir as frequências observadas e esperadas em um teste de independência, sendo a distribuição de qui-quadrado usada para determinar se há diferença significativa entre tais frequências (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2002).

Nesse estudo, o teste qui-quadrado será utilizado nos dados do relatório DW-SIAPE, para analisar a associação entre o comprometimento da renda com as demais variáveis, e nos dados dos questionários para verificar se há associação entre ter empréstimos consignados e não ter conhecimento em educação financeira e se a associação é mais forte a medida que aumenta a quantidade de empréstimos.

A análise do resultado do teste de independência parte da verificação do p-valor do qui-quadrado (Sig.), o qual deve ser menor do que o nível de significância adotado (0,05) para que a hipótese nula seja rejeitada e considerar que existe associação significativa entre as variáveis.

Se o p-valor do teste Qui-Quadrado revelar um valor estatisticamente significativo entre a variável e os grupos, é possível mensurar a força dessa associação através do coeficiente V de Cramer, o qual é uma estatística que varia no intervalo de zero a um, onde se interpreta que, quanto mais próximo de um, maior é a força da associação entre a variável e os grupos em questão (LEVIN, 1987).

Por fim, Field (2009) explica que verificada a associação global entre as variáveis é possível buscar uma associação local das categorias através do cálculo do resíduo ajustado (RA), o qual numa amostra normalmente distribuída tem 95% dos escores (z) entre -1,96 e + 1,96. Quando as variáveis da tabela de contingência são independentes os resíduos seguem distribuição aproximadamente normal e interpreta-se que para valores entre -1,96 e +1,96 não há diferenças significativas entre os casos observados e esperados.

Abaixo de -1,96 há menos casos que o esperado e acima de 1,96 há mais casos que o esperado, portanto, há associação entre as categorias.

3.5.1.2 Regressão Logística

Após a análise prévia dos dados obtidos dos relatórios, optou-se pelo emprego de uma regressão logística para buscar associação entre as variáveis. O objetivo de qualquer regressão é explorar a relação entre uma variável dependente ou resposta com duas ou mais variáveis explicativas (FÁVERO, 2009). Entretanto a regressão logística difere-se das demais pois a variável dependente a ser testada é categórica e as variáveis independentes são métricas e não métricas. Se a variável dependente contiver apenas duas categorias é utilizada a regressão logística binária, pois haverá somente dois valores possíveis para cada categoria receber, que são 0 e 1.

Para criar o modelo da regressão no SPSS, foi empregado o procedimento *stepwise*, usado para avaliar a significância estatística dos parâmetros das variáveis explicativas por meio da inclusão passo a passo apenas das que se mostram relevantes. Um dos métodos *stepwise* disponíveis no software estatístico SPSS é o *backward*, o qual foi empregado nesse estudo. O procedimento *backward* inclui na modelagem inicial todas as variáveis explicativas, e, à medida que os parâmetros são testados, as variáveis não significativas são excluídas do modelo (FIELD, 2009).

3.5.1.3 Modelo para regressão logística binária

A regressão logística busca aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar características dos elementos pertencentes a cada grupo determinado pela variável categórica (FÁVERO, 2009). O autor afirma que o modelo segue a seguinte equação:

$$f(Z) = \frac{1}{1 + e^{-Z}}$$

Onde $Z = \ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \alpha + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k$, em que X é o vetor de variáveis explicativas, β_1, \dots, β_k parâmetros do modelo e p indica a probabilidade de ocorrência do evento de interesse. O termo $\ln\left(\frac{p}{1-p}\right)$ é chamado de *logit*.

Para analisar a variável dependente deste estudo e qualquer outra com características binárias empregou-se a *dummy*. O uso de variáveis *dummy* é aplicado para inclusão de variáveis binárias não métricas em modelos confirmatórios. “Geralmente é atribuído o valor igual a 1 (um), se a condição for atendida ou a característica é comum para uma análise; e igual a 0 (zero) se não atendida ou não for objeto de estudo” (ROSETTI JUNIOR, 2001, p.19).

As variáveis *dummy*, ou binárias, “são frequentemente utilizadas quando o pesquisador deseja avaliar o impacto da existência ou da ausência de determinado atributo qualitativo sobre algum fenômeno em questão”. (FÁVERO, 2009, pag. 360). Assim a variável passa de categórica para numérica o que possibilita o cálculo da probabilidade de ocorrência do evento estudado.

Ao término do processamento do modelo, serão analisadas as variáveis significantes e o quanto elas podem impactar a probabilidade estimada através do valor do $\text{Exp}(B)$, também chamado *Odds ratio (OR)*, que mede a chance da variável independente impactar a variável resposta. Resultados acima de 1,0 correspondem a uma relação positiva e abaixo de 1,0 negativa. A razão de chances é testada em relação a uma categoria de referência dentro do grupo a que pertence a variável.

A seguir, serão definidas as variáveis utilizadas no modelo.

- **Variável dependente**

A partir dos dados obtidos no relatório institucional buscou-se uma informação que melhor representasse o gasto de cada servidor com empréstimo

consignado para criar a variável dependente do modelo. Observou-se, então, que através da divisão do valor médio das parcelas pela renda média era possível obter o percentual de comprometimento da renda com empréstimo. Assim, criou-se a variável “COMPROMETIMENTO DA RENDA”, que, apesar de ser originalmente numérica, a variável foi categorizada em dois grupos: baixo endividamento (até 19% do salário) e alto endividamento (acima de 19% do salário). Trata-se então de uma variável binária, onde baixo endividamento recebe valor 0 e alto 1.

- **Variáveis independentes**

As variáveis independentes foram selecionadas com base em estudos anteriores que testaram sua associação com comportamentos ligados a aquisição de empréstimo ou maior propensão ao endividamento das populações analisadas. As variáveis gênero e idade foram testadas nos estudos de diversos autores (FLORES *et al*, 2013; MATOS; BONFANTI, 2008; SUNG; HANNA, 1996; RIBEIRO *et al*, 2009; KOTLER; KELLY, 2006; PONCHIO, 2006; FAFF; HALLAHAN; MCKENZIE, 2004). Já as variáveis: estado civil, número de dependentes, escolaridade e renda foram testadas nos trabalhos de (FAFF; HALLAHAN; MCKENZIE, 2004 e FLORES *et al*, 2013).

O período de referência foi de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, posto que, com exceção do gênero, as variáveis poderiam sofrer alterações ao longo dos meses. A seguir, tem-se a descrição das seis variáveis com os respectivos números entre parênteses que as representam na regressão e na legenda do programa estatístico SPSS.

GÊNERO: é a dummy qualitativa que representa a identificação do grupo a que se refere o gênero do entrevistado. Recebe os valores masculino (1), ou feminino (0).

FAIXA ETÁRIA: representa a idade do servidor no ano de 2013, e apesar de ser quantitativa, foi categorizada em grupos com as seguintes faixas de idade: até 30 anos (1), de 31 a 40 anos (2), de 41 a 55 anos (3) e acima de 55 anos (4).

ESTADO CIVIL: é a variável qualitativa que representa a situação conjugal do servidor, podendo ser: solteiro (1), casado (2), divorciado (3), separado judicialmente (4), viúvo (5).

GRAU INSTRUÇÃO: é uma variável qualitativa que discrimina o grau de formação do servidor, podendo ser S/I - sem instrução (0), alfabetizado (1), 1º grau (2), 2º grau (3), superior (4).

Nº DE DEPENDENTES IR: representa o total de indivíduos declarados como dependentes no imposto de renda (IR) do servidor. Também foi testada por classes, podendo ser nenhum (1), de 1 a 3 (2) e 4 ou mais (3).

RENDA: representa o rendimento médio no ano de 2013 recebido por cada servidor que possuía consignado. Até 3.000,00 (1), de 3.000,00 a 4.800,00 (2), de 4.800,00 a 7.800,00 (3) e mais de 7.800,00 (4).

Através do uso dessa técnica estatística espera-se analisar o quanto cada uma dessas variáveis impacta a variável dependente COMPROMETIMENTO DA RENDA.

3.5.2 Técnica estatística para análise dos questionários.

Apenas as informações sobre educação financeira receberam tratamento diferenciado, pois tentou-se investigar a possibilidade de existir associação entre o número de empréstimos consignados com a hipótese de o servidor possuir ou não algum curso de educação financeira, seja dentro ou fora da instituição, através do uso da tabela de contingência, já descrita anteriormente. As duas principais variáveis foram: EDUCAÇÃO FINANCEIRA e Nº DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.

4 RESULTADOS

Esse capítulo é composto de dois tópicos principais, sendo um para análise dos relatórios extraídos dos dados institucionais e outro para os questionários. Para estudar os relatórios será traçado o perfil descritivo da amostra e posteriormente as variáveis demográficas serão testadas. Haverá um tópico explicativo para cada variável significativa e um tópico único para discorrer sobre as que não foram significativas. As informações dos questionários serão trabalhadas via tabela de contingência também após a análise descritiva.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DOS RELATÓRIOS

A análise descritiva das variáveis numéricas mostrou que durante o ano de 2013 o número máximo de servidores com empréstimos consignados foi de 1331, conforme Quadro 4. Como este total não é fixo ao longo do ano, variando a cada mês, a medida que novos contratos são abertos e outros antigos quitados, foram considerados nos cálculos desde os servidores que pagaram apenas uma parcela até aqueles cujo empréstimos estenderam-se ao longo do ano de 2013. Esse número representa aproximadamente 1/3 dos servidores ativos, tendo como base o total de funcionários do Quadro 2.

Quadro 4 - Estatística descritiva das variáveis numéricas no ano de 2013.

Variáveis	Número máximo da Amostra	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Comprometimento Renda Consignado (%)	1331	0,01	0,34**	0,18	0,08
Idade (anos)	1331	22,00	70,00	46,89	10,39
Número de Dependentes Imposto Renda	1331	0,00	10,00	0,51	1,12
Renda Média (R\$)	1331	294,60	18.818,38	6.021,59	3.587,58
Média Parcelas* (R\$)	1331	5,10	4273,85	892,26	686,50

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

*Média Parcelas: refere-se ao valor médio das médias individuais de cada servidor com consignado. Serviu de base para o cálculo do comprometimento da renda com consignado.

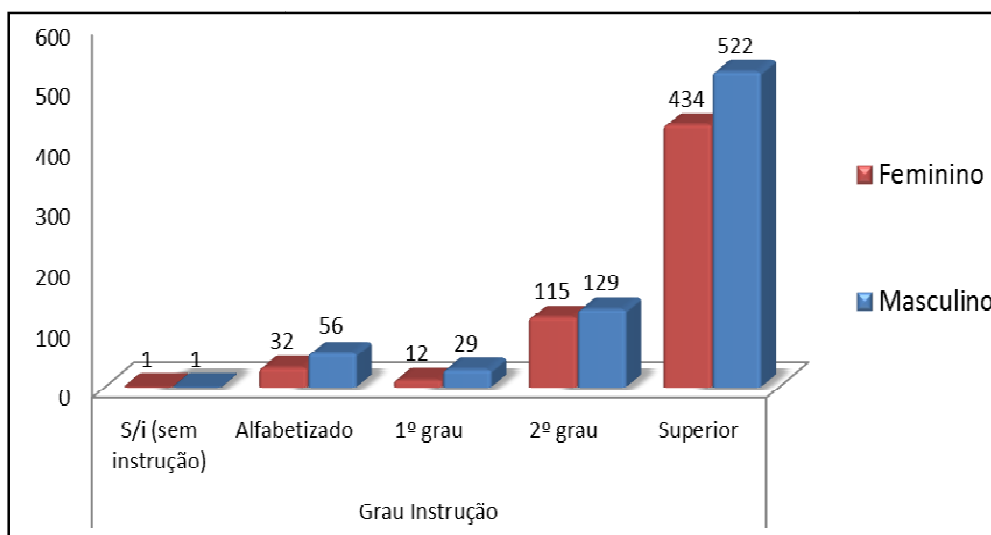
**Apesar da margem consignável ser de 30%, a incidência de algum desconto extra, como em casos de antecipação de salário permitido por lei, pode gerar algum valor que a suplante.

O comprometimento médio da remuneração com empréstimos consignados foi de 18%, conforme Quadro 4. Observado de maneira individualizada o valor médio de 18% pode parecer baixo, já que a margem consignável permitida é de 30%, mas é preciso considerar que a média refere-se apenas aos empréstimo em folha e que é permitido ao servidor aderir a outros tipos de crédito, como cartões de crédito, cheque especial, etc.

4.1.1 Perfil descritivo da amostra

A maioria dos servidores ativos que possuem empréstimo consignado pertence ao gênero masculino, o que corresponde a 55% do total. Verifica-se também que a amostra é composta, em grande parte, por indivíduos com nível superior de escolaridade, os quais representam 72% entre os 1331 analisados. O Gráfico 3 segrega os servidores com consignado por gênero e grau de instrução.

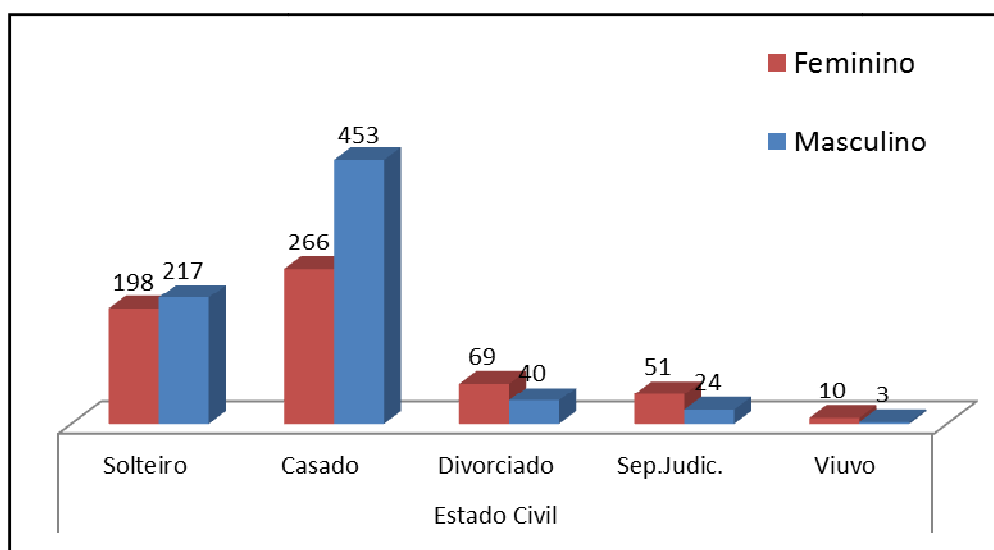
Gráfico 3 - Amostra conforme grau de instrução para cada gênero.



Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

Em seguida, foi feita uma comparação entre o gênero e o estado civil e observou-se que, para ambos os sexos, a maior parte dos que possuem consignados são casados. Entre eles, 54% possuem consignado, sendo 20% do sexo feminino e 34% do sexo masculino, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Amostra por estado civil para cada gênero.



Fonte:Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

A análise conjunta dos gráficos 1 e 2 apontacomoma maioria dos indivíduos que possuem consignadoaqueles que apresentam nível superior e são casados. Dessa forma, essas duas variáveis foram relacionadas na Tabela 3, a qual demonstra que os indivíduos com tais características correspondem a 39% do total pesquisado, seguidos dos que tem nível superior e são solteiros, os quais representam 23%.

Tabela 3 - Número servidores conformeGrau de instrução eEstado civil.

		Estado Civil					Total
		Casado	Divorciado	Sep.Judic.	Solteiro	Viúvo	
Grau de Instrução	1º grau	26	3	4	8	0	41
	2º grau	121	27	17	76	3	244
	Alfabetizado	53	9	6	17	3	88
	S/i	2	0	0	0	0	2
	Superior	517	70	48	314	7	956
Total		719	109	75	415	13	1331

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

4.1.2 Análise do comprometimento da renda conforme o perfil através da tabela de contingência

A estatística descritiva mostrou que a maioria dos servidores com empréstimo consignado são do sexo masculino, casados e com nível superior. Entretanto, essas informações mostram apenas quem adquire mais consignado, porém não demonstra a magnitude da dívida ou o quanto ela afeta o rendimento. Por isso, a variável comprometimento da renda consignado foi criada para um melhor entendimento do quanto cada indivíduo compromete do salário com empréstimo consignado. Trata-se de um percentual obtido pela divisão da média das parcelas pela média do salário no ano de 2013, podendo este ser baixo (até 19%) ou alto (acima de 19%).

A primeira tabela de contingência (Tabela 4), cuja nomenclatura no software SPSS é tabela cruzada, aponta que há uma associação significativa entre as variáveis gênero e comprometimento da renda (p -valor = 0,05). O resíduo ajustado é próximo ao valor de referência 1,96, portanto, entende-se que há associação local entre as categorias, ou seja, o fato de pertencer a um dos grupos pode contribuir ou não para um maior comprometimento da renda.

Tabela 4—Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Gênero.

Gênero		Comprometimento da Renda			Chi-Square	Cramer's V	p-valor
		Baixo	Alto	Total			
Feminino	N	282	312	594	3,71	0,05	0,05
	% gênero	47,5%	52,5%	100,0%			
	RA	(1,92)	1,92				
Masculino	N	389	348	737			
	% gênero	52,8%	47,2%	100,0%			
	RA	1,92	(1,92)				
Total	N	671	660	1331			
	% gênero	50,4%	49,6%	100,0%			

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

Conclui-se que existe associação significativa (rejeição da hipótese nula de independência) entre as variáveis gênero e comprometimento da renda ($p <$

0,05), embora a intensidade da associação seja bem fraca (V de Cramer = 0,05). A análise dos resíduos ajustados revela que os servidores do gênero feminino têm maior chance de comprometerem sua renda.

Posteriormente o grau de instrução dos servidores foi testado e os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Grau de instrução.

Grau Inst.		Comprometimento da Renda			Chi-Square	Cramer's V	p-valor
		Baixo	Alto	Total			
sem instrução	N	0	2	2	89,83	0,26	0,00
	% Grau Inst.	0,0%	100,0%	100,0%			
	RA	(1,4)	1,4				
Alfabetizado	N	20	68	88			
	% Grau Inst.	22,7%	77,3%	100,0%			
	RA	(5,4)	5,4				
1º grau	N	12	29	41			
	% Grau Inst.	30,0%	70,0%	100,0%			
	RA	(2,8)	2,8				
2º grau	N	81	163	244			
	% Grau Inst.	33,2%	66,8%	100,0%			
	RA	(6,0)	6,0				
Superior	N	558	398	956			
	% Grau Inst.	58,4%	41,6%	100,0%			
	RA	9,3	(9,3)				
Total	N	671	660	1331			
	% Grau Inst.	50,4%	49,6%	100,0%			

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

Observa-se que há uma associação significativa entre as variáveis (p-valor = 0,00) e com intensidade mediana (V de Cramer = 0,26). Os resíduos ajustados das categorias revelam que os servidores com nível superior têm menor chance de comprometerem sua renda com consignado, enquanto os alfabetizados e com segundo grau têm maior chance de comprometerem os rendimentos.

A escolaridade está, de certa forma, ligada à renda, posto que os cargos da universidade com maior remuneração pressupõem um maior grau de

escolaridade, por isso espera-se que a variável faixa de renda também esteja associada ao seu comprometimento, através da análise da Tabela 6.

Na sequência, a tabela mostra que de fato existe associação significativa entre a faixa e o comprometimento da renda (p -valor = 0,00), e a intensidade da associação é forte (V de Cramer = 0,314). Os valores altos e positivos dos resíduos ajustados das duas primeiras faixas de renda (até 3 mil e de 3 mil a 4,8 mil) mostram maior propensão ao comprometimento da renda dos servidores que ocupam essas categorias de rendimentos. Os servidores que recebem de 4,8 a 7,8 mil apresentam baixo comprometimento da renda e os da última faixa (acima de 7,8 mil) ainda menor, o que se comprova pelo valor mais alto de RA.

Tabela 6—Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Faixa de renda média.

Renda mensal		Comprometimento da Renda			Chi-Square	Cramer's V	p-valor
		Baixo	Alto	Total			
até 3mil	N	92	174	266	130,98	0,31	0,00
	% Renda	34,6%	65,4%	100,0%			
	RA	(5,8)	5,8				
de 3 a 4,8 mil	N	144	250	394			
	% Renda	36,5%	63,5%	100,0%			
	RA	(6,6)	6,6				
de 4,8 a 7,8 mil	N	213	158	371			
	% Renda	57,4%	42,6%	100,0%			
	RA	3,2	(3,2)				
mais de 7,8 mil	N	222	78	300			
	% Renda	74,0%	26,0%	100,0%			
	RA	9,3	(9,3)				
Total	N	671	660	1331			
	% Renda	50,4%	49,6%	100,0%			

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

A variável estado civil não apresentou uma associação significativa com o comprometimento da renda, com p - valor de 0,475. Também não foi verificada nenhuma associação entre as categorias de variáveis, comprovada pelo valor do resíduo ajustado. Os dados são expostos na Tabela 7.

Tabela 7—Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Estado civil.

Est. Civil		Comprometimento da Renda			Chi-Square	Cramer's V	p-valor
		Baixo	Alto	Total			
Solteiro	N	212	203	415	3,51	0,05	0,47
	% Est. Civil	51,1%	48,9%	100,0%			
	RA	0,3	(0,3)				
casado	N	368	351	719			
	% Est. Civil	51,2%	48,8%	100,0%			
	RA	0,6	(0,6)				
divorciado	N	54	55	109			
	% Est. Civil	49,5%	50,5%	100,0%			
	RA	(0,2)	0,2				
separado	N	33	42	75			
	% Est. Civil	44,0%	56,0%	100,0%			
	RA	(1,1)	1,1				
viúvo	N	4	9	13			
	% Est. Civil	30,8%	69,2%	100,0%			
	RA	(1,4)	1,4				
Total	N	671	660	1331			
	% Est. Civil	50,4%	49,6%	100,0%			

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

A última variável testada foi a número de dependentes declarados no imposto de renda. O p-valor do teste qui-quadrado obtido foi estatisticamente significativo (0,47) demonstrando existir uma associação desta variável com o comprometimento da renda. O valor do resíduo ajustado mostrou-se representativo no grupo daqueles com 4 ou mais dependentes e positivo para o alto comprometimento. Isso indica que indivíduos com 4 ou mais dependentes tendem a comprometer mais seus rendimentos. É o que aponta a Tabela 8.

Tabela 8—Número e percentual de servidores por categoria de Comprometimento da renda e Número de dependentes no imposto de renda.

NumeroDepIR		Comprometimento da Renda			Chi-Square	Cramer's V	p-valor
		Baixo	Alto	Total			
Nenhum	N	520	493	1013	8,39	0,79	0,015
	% Renda	51,3%	48,7%	100,0%			
	RA	1,2	(1,2)				
de 1 a 3	N	144	145	289			
	% Renda	49,8%	50,2%	100,0%			
	RA	(0,2)	0,2				
4 ou mais	N	7	22	29			
	% Renda	24,1%	75,9%	100,0%			
	RA	(2,9)	2,9				
Total	N	671	660	1331			
	% Renda	50,4%	49,6%	100,0%			

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

4.1.3 Regressão logística dos dados dos relatórios

Das 6 variáveis (categorias) explicativas utilizadas 4 foram consideradas significantes a 5% na composição do modelo logístico final, comprovando que características do perfil demográfico dos servidores estão associadas ao comprometimento da renda com consignado. Na sequência, a Tabela 9 apresenta os dados gerais sobre a acurácia do modelo.

Tabela 9 - Estatísticas globais da regressão logística

Casos incluídos na análise	Chi-square	R ² de Nagelkerke	Sig.
Modelo	151,5	0,15	0,00

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

Para medir a qualidade do ajuste do modelo na regressão logística foi usado o R² de Nagelkerke, que segundo Fávero *et al* (2009), é um parâmetro comparado ao R² da regressão linear, o qual demonstrou que o modelo proposto apresenta um poder explicativo de 15%. O autor atesta que é comum ser atribuída uma importância demasiada a esse parâmetro que apenas captura a relação entre

as variáveis utilizadas na regressão e afirma que sua importância varia conforme a situação estudada.

Wooldridge (2003) apud Fávero *et al* (2009, p.354), destaca que “é importante não dar importância demais ao valor do R^2 na avaliação de modelos econométricos”, por exemplo. Isso porque quando se trata de uma única variável captando a relação em uma situação de existência de inúmeros fatores, pode-se atribuir a ela relevância a um percentual menor.

A Tabela 10 apresenta as variáveis significantes mantidas na equação final do modelo logístico, suas categorias, coeficientes logísticos (B), erro-padrão (E.P.), estatística Wald, graus de liberdade (gl), nível de significância (p-valor), coeficientes logísticos exponenciados (Exp(B)).

Tabela 10– Regressão logística – Método *backward stepwise* – variáveis mantidas na equação.

Variável	Categoria	Coeficiente (B)	Erro padrão de B	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Gênero	Masculino (ref)						
	Feminino	0,26	0,12	4,74	1,00	0,03	1,30
Grau de instrução	Superior (ref)			14,96	4,00	0,00	
	sem instrução	20,92	28.371,45	0,00	1,00	1,00	1,21E9
	alfabetizado	0,94	0,28	11,23	1,00	0,00	2,56
	1º grau	0,62	0,36	2,90	1,00	0,09	1,86
	2º grau	0,43	0,18	5,98	1,00	0,01	1,53
Renda	Mais de 7,8 mil (ref)			52,18	3,00	0,00	
	até 3mil	1,20	0,19	39,98	1,00	0,00	3,32
	de 3 a 4,8 mil	1,10	0,17	41,29	1,00	0,00	3,00
	de 4,8 a 7.8 mil	0,60	0,17	13,14	1,00	0,00	1,83
N.Dep.IR	4 ou mais (ref)			4,72	2,00	0,09	
	Nenhum	0,96	0,45	4,48	1,00	0,03	0,38
	De 1 a 3	1,01	0,46	4,69	1,00	0,03	0,36
	Constante	(1,04)	0,12	69,88	1,00	0,00	0,35

Variáveis no modelo: Gênero, GrauInst, Renda, N.Dep.IR.

Fonte: Dados dos Relatórios SIAPE (2013) e da Pesquisa (2014).

4.1.3.1 Variável Gênero

A Tabela 10 demonstra que a variável gênero foi significativa para o modelo e, a análise do $\text{Exp}(B)$, permite afirmar que a chance de uma servidora do sexo feminino comprometer a renda com consignado é 1,3 vezes maior do que um servidor do sexo masculino.

O resultado da regressão para os gêneros apresenta sustentação na estatística descritiva, que mostrou um número maior de homens com empréstimo consignado, porém com renda média mais elevada e valor da prestação menor. Verifica-se, então, que quando comparados os dois gêneros as mulheres tendem a comprometer mais seus rendimentos com empréstimos consignados, pois elas possuem renda média mais baixa e valor médio da prestação mais alto do que o praticado pelos homens, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Média do rendimento e do valor da parcela de acordo com o gênero.

Gênero	Descrição	Valor
Feminino	Rendimento Médio Anual	5.818,10
	Valor Médio Parcela	913,79
Masculino	Rendimento Médio Anual	6.185,60
	Valor Médio Parcela	874,91

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

4.1.3.2 Variável grau de instrução

A segunda variável significativa do modelo é a grau de instrução, tendo como referência a categoria nível superior. Os dados mostram que quanto mais decresce a escolaridade do servidor maior a chance dele se encontrar endividado. A categoria sem instrução foi que apresentou maior valor de $\text{Exp}(B)$, entretanto, ela não pode ser considerada representativa, pois apenas dois servidores a compõem e ambos com alto comprometimento da renda. Entende-se, portanto, que seria adequado descartar essa categoria.

As outras duas categorias representam melhor a relação entre nível de instrução e comprometimento da renda. Verifica-se pelo valor do Exp(B) que a chance de um servidor de 1º grau comprometer sua renda com consignado é 1,86 maior que um de nível superior, e, para os que possuem 2º grau a chance é de 1,53, ou seja, diminui quando se tem mais tempo de estudo.

Para ilustrar o resultado da regressão logística tem-se a tabela 12 que traz a média do rendimento anual e da parcela de acordo com o nível de instrução explicitando de forma detalhada o comprometimento da renda para cada categoria de escolaridade. Sua análise permite uma melhor visualização e mostra como é significativa a diferença entre a dívida dos que possuem menos anos de estudo. Os indivíduos de nível superior ganham mais do que o dobro daqueles com 2º grau, porém sua dívida não cresce na mesma proporção, ou seja, a parcela não dobra de valor e seu incremento não passa de 50%. Outro valor discrepante é o do grupo dos alfabetizados, os quais possuem uma renda média menor, porém um valor médio das parcelas maior do que aqueles com 2º grau.

Tabela 12- Média do rendimento e do valor da parcela de acordo com o grau de instrução.

	Grau de Instrução				
	S/I*	Alfabetizado	1º Grau	2º Grau	Superior
Renda Média Anual	1.902,95	3.003,40	3.412,00	3.335,05	7.107,22
Valor Médio Parcela	436,46	663,77	684,74	657,73	983,27
% Média de Comprometimento	23%	22%	20%	20%	14%

Fonte: Dados dos Relatórios de 2013 e da Pesquisa (2014).

*Apenas 2 indivíduos representam esse grupo, sendo assim, ele mostra-se pouco representativos.

4.1.3.3 Número de dependentes IR

A categoria de referência da variável número de dependentes foi significativa para um erro de 10%. O resultado mostrou que a razão de chances dos que tem menos dependentes comprometerem menos a renda em relação aos que tem mais não foi muito discrepante. Podemos entender, então, que a variável foi

significativa e que servidores com dependentes tendem a gastar mais com consignado do que os sem dependentes.

O fato dos relatórios só considerarem os dependentes do imposto de renda pode ter prejudicado o produto da regressão, principalmente em relação ao comprometimento da renda dos que tem menos dependentes. No resultado da tabela de referência cruzada os dados mostraram que os com mais dependentes tendem a despendem um percentual maior da renda com consignado.

Ainda que fosse comprovada uma relação diretamente proporcional entre o número de dependentes e o comprometimento da renda, essa variável pode não representar o número real de dependentes dos servidores, pois consta nos registros apenas os dependentes informados no imposto de renda, fato que pode ter contribuído para uma média geral baixa de 0,51 dependentes por servidor.

4.1.3.4 Renda média anual

O modelo mostrou que a variável renda é significativa (Sig. 0,00) para todas as categorias testadas, estando associada a variável resposta comprometimento da renda. Através da análise do Exp(B) foi verificado que há uma relação inversamente proporcional entre o nível de rendimento e seu comprometimento, atestando que o servidor pertencente a categoria de renda mais alta (acima de 7,8mil) a compromete menos com empréstimo consignado. Essa foi a categoria de referência usada na regressão para variável renda, conforme Tabela 10. Ao compará-la as demais, verificou-se pelo resultado do Exp(B) que a chance dos que ganham até 3 mil se endividarem é 3,32 maior do que aqueles com renda acima de 7,8 mil. Os que possuem renda entre 3 a 4,8 mil comprometerem 3 vezes mais sua renda com consignado do que relação aos da categoria mais alta e os que ganham entre 4,8 mil e 7,8 mil 1,8 vezes mais.

4.1.3.5 Análise das variáveis não significativas

As variáveis idade e estado civil retiradas do modelo por não serem significativas, a um erro de 5%, também foram examinadas em classes e grupos, respectivamente, testando-se o comprometimento da renda entre eles.

Verificou-se a média do comprometimento da renda com consignado (variável dependente) para cinco grupos de idade: 22 a 30, 31 a 40, 41 a 50, 51 a 60 e mais de 60 anos. O resultado mostrou uma variação pouco significativa em relação à média geral de 18%, com o menor valor 17,14% e o maior 19,12%. Fez-se a mesma comparação de médias para cada estado civil segregado por grupo, obtendo-se 18% de comprometimento médio da renda para os solteiros, casados e divorciados e 19% para separados judicialmente e viúvos. O resultado mostra que não houve grande variação entre os grupos.

4.2 RESULTADOS DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS

A seguir serão apresentadas as informações referentes ao questionário, cujo objetivo principal foi avaliar a educação financeira e o endividamento dos servidores. Deve-se considerar que a divulgação e aplicação se deu apenas em meio eletrônico, o que pode ter restringido sua abrangência, principalmente em relação aos grupos com menor renda e escolaridade, mas que isso não foi mensurado no trabalho.

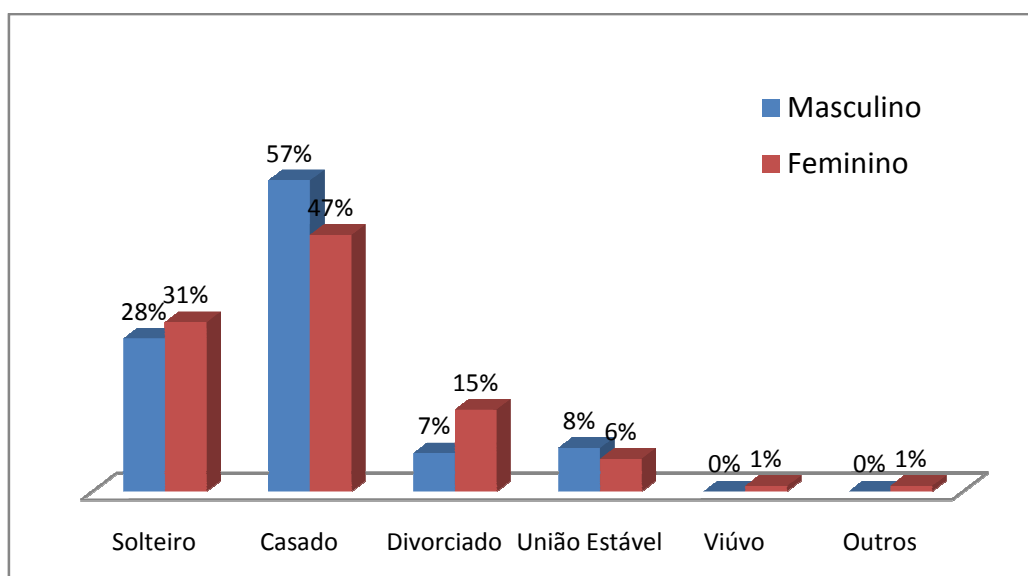
Salienta-se também que para facilitar a adesão dos indivíduos, o rendimento foi trabalhado através de classe, com base nos valores adotados pelo IBGE, e que distinguem as classes sociais no país.

4.2.1 Perfil dos respondentes

A amostra foi constituída por 210 respondentes, todos servidores em atividade, dos quais 122 são do sexo feminino (58%) e 88 do sexo masculino (42%).

Entre os respondentes do sexo feminino tem-se que 52% são casadas ou vivem em união estável, 31% solteiras, 15% divorciadas e 2% viúvas ou outro tipo de estado civil. Quanto aos homens, 65% são casados ou vivem em união estável, 28% solteiros, 7% divorciados (Gráfico 5). Reiterando que o percentual é em relação ao total de indivíduos do gênero ao qual pertencem.

Gráfico 5 – Estado civil dos respondentes.



Fonte: Dados dos questionários (2014).

Outra variável que pode estar relacionada com o ato de contrair dívidas é o número de dependentes. O total geral de dependentes declarados pelos 210 entrevistados foi 241, o que resultou em uma média de 1,2 dependentes por pessoa. Os respondentes com maior número de dependentes, 62% do total da amostra, encontram-se na faixa etária dos 31 aos 50 anos, conforme Tabela 13.

Da amostra total de 210 pessoas, 107 possuem consignado sendo 74 na faixa etária acima destacada, que vai dos 31 aos 50 anos, o que representa 35% de toda a amostra e 68% do grupo com consignado.

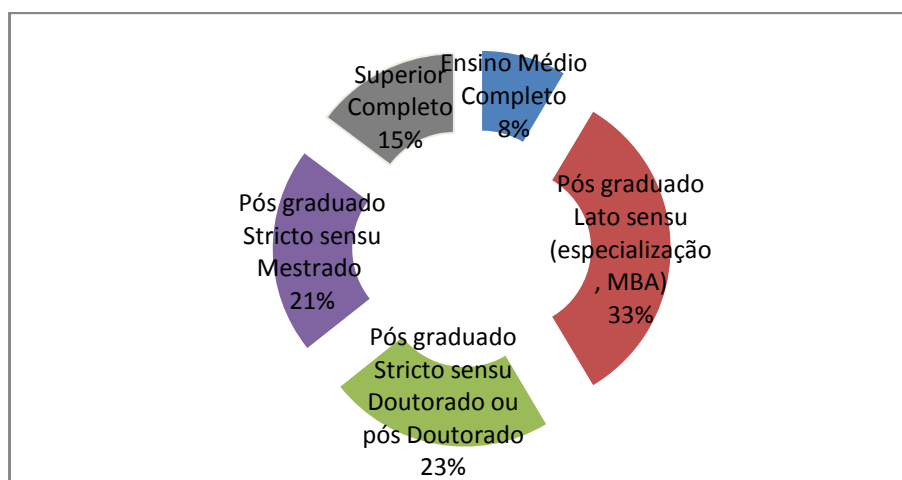
Tabela 13– Total de servidores conforme número de dependentes e faixa etária.

	Idade em anos						Total
Quantidade de Dependentes		21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	60 ou mais	
	0	29	27	16	13	1	86
	1	7	17	12	13	1	50
	2	2	16	17	5	1	41
	3	1	9	8	3	2	23
	4 ou mais	0	2	6	2	0	10
Total		39	71	59	36	5	210

Fonte: Dados dos questionários (2014).

Em relação ao grau de escolaridade dos respondentes tem-se que 92% possuem no mínimo curso superior, o que demonstra 20% em relação aos dados do relatório do DW-SIAPE. O resultado encontra-se no gráfico seguinte (Gráfico 6).

Gráfico 6– Grau de escolaridade dos respondentes.



Fonte: Dados dos questionários (2014).

Também foi indagado aos participantes se eles detinham outras modalidades de crédito além do consignado, e, a partir das respostas obtidas foi confeccionada a Tabela 14 para esboçar as informações.

Tabela 14- Outras modalidades de acesso ao crédito usadas pelos respondentes.

Outras formas de acesso ao crédito além da consignação	Total	%
Cartão de crédito.	168	80,0
Financiamento imobiliário/ veículo.	80	38,1
Cheque especial.	70	33,3
Não utilizo outras modalidades de crédito.	25	11,9
Outros empréstimos em instituição financeira.	23	10,95
Banco.	1	0,48
Consortio imobiliário.	1	0,48

Fonte: Dados dos questionários (2014).

As respostas foram separadas de acordo com o gênero e apontaram que das 122 mulheres participantes 53% delas afirmaram ter pelo menos 1 (um) empréstimo consignado. Segregadas apenas as com consignado, obteve-se os seguintes valores: 92% delas possuem outra forma de acesso ao crédito como aquelas apresentadas na Tabela 14; 75% tomaram empréstimos valores de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00 e 25% acima de R\$ 30.000,00.

Em relação aos homens, tem-se que dos 88 participantes, 49% afirmaram ter empréstimo consignado e quando considerados apenas os do grupo com consignado, verificou-se que: 84% possuem outra forma de acesso ao crédito; 70% tomaram empréstimos valores de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00 e 30% acima de R\$ 30.000,00.

Observa-se também que 100% das mulheres com empréstimo acima de R\$ 30.000,00 utilizaram o prazo de 48 meses, sendo que 68% possui renda entre 2.900,00 e 7.249,99 reais, 25% entre 7.250,00 e 14.499,99 reais e 6% acima de 14.500,00 reais. Essa informação pode demonstrar que boa parte desse grupo utiliza pelo menos 10% dos 30% permitidos pela lei, a chamada margem consignada. Podemos chegar a essa conclusão tendo como base os juros praticados no mercado, onde um valor de R\$ 30.000,00, ou mais, a ser quitado em 48 meses, produziria uma prestação próxima de R\$ 1.000,00.

A mesma análise para o gênero masculino demonstra que 85% dos homens com empréstimo acima de R\$ 30.000,00 utilizaram o prazo de 48 meses, sendo que 54% possui renda entre 2.900,00 e 7.249,99 reais, 38% entre

7.250,00 e 14.499,99 reais e 8% acima de 14.500,00 reais. Essa informação, quando comparada ao grupo dos respondentes de sexo feminino, mostra que o comprometimento da renda dos homens apresenta-se menor.

4.2.3 Análise da educação financeira

Em relação à educação financeira temos que 7% das mulheres dizem ter feito algum curso sobre o assunto na UFES e outros 15% afirmam ter feito fora da instituição. Já entre o grupo dos homens, apenas 1% disse ter feito algum curso sobre educação financeira na UFES e outros 18% afirmaram ter feito em outro local.

Quando indagados sobre uma possível participação em evento que fosse organizado pela instituição, tendo como tema central a educação financeira, boa parte dos respondentes demonstraram interesse em participar, visto que 55,2% concordaram plenamente com a ideia e apenas 10% mostraram um grau de discordância, conforme Tabela 15 abaixo.

Tabela 15– Respostas para afirmação sobre interesse em participar de evento na área de educação financeira na instituição.

Eu participaria de algum evento (Curso, fórum, palestra) sobre educação financeira que fosse organizado pela instituição em que trabalho.		
	Total	Percentual (%)
Concordo em parte	49	23,3
Concordo plenamente	116	55,2
Não concordo nem discordo	24	11,4
Discordo em parte	6	2,9
Discordo plenamente	15	7,1
Total	210	100,0

Fonte: Dados dos questionários (2014).

Posteriormente, a tabela de contingência (Tabela 16) foi empregada para testar se há uma associação significativa entre os que afirmaram possuir curso de educação financeira e os que apresentam uma menor aquisição de empréstimo consignado. Testa-se, também se esta associação é forte.

Os números apontam que não há uma associação significativa entre as variáveis: educação financeira e número de empréstimos consignado ($\text{sig} = 0,70$). Nenhum dos resíduos ajustados alcançou o valor de referência 1,96, portanto, também não há associação local entre as categorias, ou seja, não é possível afirmar que o fato do indivíduo possuir curso de educação financeira contribuirá para ele ter menos empréstimo, como também o inverso.

Tabela 16 - Número e percentual de servidores por categoria de Educação financeira e Número de empréstimos consignados.

		Educação Financeira			Chi - quadrado	Sig.	V. de Cramer	
		Não	Sim	Total				
Nº de empréstimos consignados	0	N	83	20	103	2,13	0,70	0,10
		%	80,6%	19,4%	100,0%			
		RA	0,2	(0,2)				
	Apenas 1	N	30	9	39			
		%	76,9%	23,1%	100,0%			
		RA	(0,5)	0,5				
	de 2 a 3	N	33	8	41			
		%	80,5%	19,5%	100,0%			
		RA	0,1	(0,1)				
	de 4 a 5	N	10	4	14			
		%	71,4%	28,6%	100,0%			
		RA	(0,8)	0,8				
	Mais de 5.	N	12	1	13			
		%	92,3%	7,7%	100,0%			
		RA	1,1	(1,1)				
Total	N	168	42	210				
	%	80,0%	20,0%	100,0%				

Fonte: Dados do questionário (2014).

Nota: N - número de observações. % - percentual (coluna). RA - resíduo ajustado.

A mesma relação foi testada entre educação financeira com a obtenção de consignado, porém, sem levar em conta quantos empréstimos o servidor declarou, mas somente o fato de possuir tal modalidade de crédito. O resultado é mostrado na Tabela 17.

Tabela 17 - Número e percentual de servidores por categoria de Educação financeira e Aquisição de empréstimos consignados.

		Educação Financeira			Total	Chi - quadrado	Sig.	V. de Cramer
		Não	Sim					
Possui empréstimos consignados	não	N	83	20	103	0,83	0,14	
		%	81%	19%	100%			
		RA	0,2	(0,2)				
	sim	N	85	22	107			
		%	79%	21%	100%			
		RA	(0,2)	0,2				
Total			N	168	42	210		
			%	80%	20%	100%		

Fonte: Dados do questionário (2014).

Nota: N - número de observações. % - percentual (coluna). RA - resíduo ajustado.

O resultado mostra que seriam necessários outros dados para averiguar a associação entre educação financeira e a aquisição de empréstimo consignado, pois dos 210 entrevistados, 103 não possuem consignado, sendo que nesse grupo, a grande maioria, 83 deles, não possui curso de educação financeira, ou seja, 81% dos que não aderiram ao consignado não dispõem de nenhum curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traçou o perfil demográfico dos servidores da UFES que possuem empréstimo com desconto em folha de pagamento (consignado), através de relatórios extraídos de dados institucionais e analisou informações sobre o endividamento e a educação financeira dos mesmos, através de um questionário.

Em resumo, os dados do perfil totalizados apontaram que os homens, casados e com nível superior são os que mais aderem a empréstimos consignados, segundo os relatórios, e que as mulheres, casadas e com nível superior, segundo os questionários.

A análise descritiva mostrou que em média 18% da renda dos servidores com consignado é destinado ao pagamento da parcela, e, quando comparados os dois gêneros, as mulheres despendem um percentual maior do que os homens. Apesar desse cálculo desconsiderar os que não possuem empréstimo descontado em folha, cerca de 2/3 dos servidores, ele pode revelar um possível excesso de dívidas porque não engloba os descontos com outras modalidades de crédito. Como referência para tal constatação, tem-se que em 2013 as famílias brasileiras comprometeram em média 21,5% de seus ganhos com empréstimos bancários, segundo dados do Banco Central do Brasil.

O resultado da regressão logística mostrou que as variáveis gênero, grau de instrução, número de dependentes e renda foram significativas no modelo exercendo influência sobre o comprometimento da renda. Essas variáveis também foram significantes no estudo de Faff, Hallahan e McKenzie (2004) sobre tolerância pessoal ao risco financeiro.

A variável número de dependentes foi significativa na regressão logística mesmo com o valor médio parecendo subestimado de 0,51 dependentes por servidor frente à média de 1,2 do questionário. A diferença entre as médias desta variável pode ser explicada pelo fato de o relatório do DW-SIAPE computar apenas os dependentes declarados no imposto de renda.

No âmbito da tabela de referência cruzada, foi constatada relação entre o alto comprometimento da renda apenas para os que possuíam quatro ou mais dependentes. A significância da variável número de dependentes encontra respaldo na constatação de Crook (2001), o qual afirmou em seu trabalho sobre a dívida das famílias nos EUA que o tamanho da família exerce impacto no nível de endividamento.

Ao final, a regressão permitiu concluir que quatro características do perfil demográfico dos servidores explicam o comprometimento de seus rendimentos com empréstimos consignado, que são: renda, grau de instrução, gênero e número de dependentes. As mulheres e os que possuem menor nível de escolaridade e renda são mais propensos a um maior comprometimento da remuneração.

Em relação aos questionários, a análise descritiva mostrou um número maior de mulheres com empréstimos consignados do que homens, ao contrário das informações que constam no relatório institucional, provavelmente pela maior participação delas na pesquisa. Os homens figuram como mais cautelosos no comprometimento à longo prazo do que as mulheres, pois são maioria entre os que aderem aos empréstimos com menos de 48 meses. De maneira semelhante, o estudo de Ponchio (2006) constatou que as mulheres são um pouco mais suscetíveis ao endividamento que os homens.

Verificou-se, através do questionário, que é comum os servidores serem adeptos a outras modalidades de crédito, além do consignado. Entre as mais citadas estão: os cartões de crédito (80%), o financiamento imobiliário (38,1%) e o cheque especial (33,3%). Com exceção do financiamento imobiliário que é uma dívida de longo prazo e com taxa de juros menos oscilantes, o cartão de crédito e o cheque especial são os grandes vilões do sobreendividamento não só pelas altas taxas de juros, mas também pela facilidade com que são disponibilizados, incentivando gastos desnecessários.

Em relação a variável educação financeira apurou-se que apenas 20% do total dos entrevistados afirmaram ter feito algum tipo de curso na área, sendo que a grande maioria o fez fora da UFES. Foi observado que mesmo não tendo sido

encontrado nenhum registro no banco de dados do NTS de que a UFES tenha ofertado aos seus servidores algum curso na área de educação financeira, houve servidores que afirmaram já ter feito o curso na instituição. Esse pode ser um indício de que os servidores não têm conhecimento sobre os assuntos que são abordados em um curso de educação financeira, inserindo nesse contexto cursos de áreas afins como, por exemplo, o de matemática financeira que a instituição oferece.

Assim, os estudos futuros poderão analisar com maior profundidade os temas que contemplam a educação financeira e o resultado que se espera obter com o emprego de suas práticas. Para isso, poderia ser confrontado dois grupos de servidores: os endividados e sem noção de gestão das finanças pessoais e aqueles que a conhecem e põem em prática, a fim de medir a aplicabilidade dos conceitos aprendidos. Sugere-se, portanto, que primeiro seja pesquisado o entendimento dos servidores sobre o assunto para, posteriormente, relacioná-lo a formas de endividamento.

Concluiu-se, então, que o resultado não registrou uma menor aquisição ao consignado entre os que afirmavam ter conhecimento em educação financeira, ao contrário do que Claudino; Silva e Nunes (2009) encontraram em seu estudo, que apontou os piores níveis de dívidas associadas ao baixo entendimento de educação financeira. É provável que o baixo número de servidores afirmaram ter curso de educação financeira tenha contribuído para que a variável não fosse significativa.

Ao final do questionário, buscou-se complementar a pesquisa e entender como as instituições financeiras fazem oferta de crédito, inquirindo os servidores sobre algum tipo de contato realizado pelas empresas para lhes oferecer novo empréstimo ou comprar suas dívidas. O resultado mostrou que 62% dos servidores com consignado receberam tal proposta, seja através de telefone, e-mail, correios, entre outros.

Também averiguou-se o afluxo das ofertas de crédito consignado solicitando aos participantes da pesquisa que definissem a frequência com que recebiam

propagandas ou contato com essa finalidade. A resposta encontra-se na Tabela 18.

Tabela 18 – Frequência com que recebem ofertas de crédito.

	Frequência	Percentual (%)
Sempre	28	13,3
Frequentemente	76	36,2
As vezes	58	27,6
Raramente	34	16,2
Nunca	14	6,7
Total	210	100,0

Fonte: Dados do questionário (2014).

*Informações do início do ano de 2014, quando o questionário foi aplicado.

Apesar de elevada, não foi objetivo desse estudo saber se a frequência das ofertas de crédito contribuem para elevação do consumo da renda com empréstimos, ficando apenas como ideia para outras pesquisas.

Por fim, atestado que características do perfil contribuem para elevar o comprometimento da renda com empréstimos consignados, que as mulheres são mais propensas ao descontrole financeiro, que em média 18% dos ganhos dos servidores inseridos nesse contexto estão sendo destinados ao pagamento de parcelas e que existe desconhecimento sobre a educação financeira, entende-se como relevante que a instituição destine uma atenção ao assunto em especial aos servidores com esse perfil.

6 PLANO DE INTERVENÇÃO

Entre os objetivos desta pesquisa está o de propor ações de melhorias para que os servidores possam gerir melhor suas finanças e evitem o endividamento excessivo. Para isso, foi importante conhecer o perfil dos tomadores de empréstimo consignado e percebeu-se que alguns grupos estão propensos a gastos mais elevados, como: indivíduos casados, com um grau de escolaridade mais baixo, e, conseqüentemente um rendimento menor, aqueles com maior número de dependentes e pessoas do sexo feminino.

É importante que o planejamento de qualquer projeto que vise instruir os servidores acerca de seus gastos contemple o cotidiano e as particularidades desses grupos.

Ao final desse estudo, aponta-se como coerente as seguintes sugestões de melhoria:

- Propor curso gratuito de educação financeira dentro do ambiente da instituição, podendo contemplar a modalidade online para atingir um maior número de pessoas;
- Informar sobre a existência e como utilizar os softwares disponíveis e que auxiliam no planejamento de gastos;
- Que o curso não abranja somente cálculos, mas também outros conceitos referentes ao mercado financeiro em si, como: planejamento/ orçamento de finanças pessoais, fluxo de caixa, produtos bancários, modalidades de empréstimos/ financiamento, taxa de juros nominal, taxa de juros efetivas, margem de consignação;
- Evitar a veiculação de propagandas impressas (panfletos) dentro da instituição ou através do e-mail institucional, que incitem a aquisição de dívidas desnecessárias;

- Buscar parcerias entre a UFES e as instituições financeiras para a criação de produtos que realmente atendam às necessidades dos servidores, como por exemplo, planos de previdência a fim de obter taxas mais atrativas.

Para que um programa na área de educação financeira alcance seus objetivos, recomenda-se que ele seja arquitetado com base nos princípios estabelecidos pela OCDE. Esta instituição, cuja missão é promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo, incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre educação financeira em todo o mundo. Entre as recomendações para a boa prática da Educação Financeira da OCDE, traduzidas por Saito *et al*(2006) e que se encaixam a realidade da UFES, tem-se:

- A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia.
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível (SAITO *et al*, 2006).

Ressalta-se também, que os respondentes expuseram questões que fogem à abrangência da educação financeira, mas que estão ligadas ao endividamento, como a necessidade de apoio psicológico. Essas e outras sugestões foram retiradas da pergunta aberta contida no questionário, e dispostas no quadro abaixo (Quadro 5).

Quadro 5–Transcrição das respostas abertas sobre sugestões de cursos na área financeira e separadas conforme temática.

SUGESTÕES	
Poupança, aposentadoria e investimento	
–	Investimentos (poupança, fundos, ações).
–	Como planejar a aposentadoria.
–	Previdência privada ou qualquer outro tipo de reserva financeira.
–	Planejamento previdenciário.
–	Seria interessante abordar sobre investimentos financeiros e como poupar
–	Possibilidades de investimento ou aplicação financeira segura.
–	Vantagens e desvantagens de aderir a fundos de previdência privada
–	Aplicações financeiras em longo prazo
–	Aposentadoria privada x poupança e aplicações financeiras
–	Aplicação de dinheiro, seja poupança, bolsa e títulos de moeda brasileira ou de outro país.
–	Investimento de curto, médio e longo prazo, aposentadoria privada e pública.
Taxas e risco financeiro	
–	Riscos e consequências de financiamentos;
–	Taxa de juros
–	Como comparar planos de financiamentos - quais indicadores se atentar;
–	Modalidades de financiamentos
Planejamento financeiro	
–	Gerenciamento financeiro. Planejamento da sua vida financeira pessoal e familiar (salário, cartão de crédito, consignação, etc.).
–	Como administrar as finanças.
–	Como planejar em longo prazo para compra/ troca de bens duráveis.
–	Planejamento financeiro familiar.
–	Planejamento de despesas.
–	Organização do orçamento doméstico.
–	Orçamento familiar, pessoal.
–	Como comprar apenas o necessário.
–	Gerenciamento de seu salário: ganhos reais e complementações(ajuda alimentação contribuição saúde)
–	Planejar gastos com produtos do consumo necessário, diário ou mensal.
Apoio psicológico	
–	Funcionário acompanhamento psicológico frente ao descontrole financeiro.
–	Compulsão/ansiedade p/ compra.
–	O que fazer quando já se encontra endividado.
–	Dialogo sobre administração financeira com os filhos. Trato financeiro na relação conjugal
–	Orientação para saírem do sufoco e apoio psicológico.
Oferta de crédito	
–	Engodos nas ofertas das instituições financeiras.
–	Como e de qual maneira conseguir a proibição de agentes financeiros entrarem sem nossa autorização na margem consignada.
–	Ligações via celular para oferecer empréstimos antes de o servidor saber que tem margem no contra cheque.

SUGESTÕES	
Perdas salariais	
–	Necessidade de empréstimo, pois o salário não acompanha os aumentos de preços.
–	Como fazer para o salário não terminar antes do mês.
–	Como aumentar salário.
–	Como controlar os gastos pessoais em uma sociedade que tem a "mentalidade determinada materialmente".
Outros	
–	Mercado financeiro.
–	Curso de economia brasileira.
–	Quanto vale o seu dia de trabalho.
–	Matemática financeira.
–	Curso de educação financeira.
–	Como limpar o nome no Serasa e SCPC.
–	Técnica de dizer não aos apelos de amigos e parentes que frequentemente pedem empréstimo e não os quitam.
–	Utilização de vários cartões de créditos.
–	Planilhas eletrônicas e softwares para planejamento financeiro
–	Como fazer acordos com Instituições financeiras para regularização de dívida
–	Utilização do cheque especial.
–	Pagamento do valor mínimo do cartão de crédito.
–	Financiamento de imóveis em condomínio fechado e junto a construtora. Consórcios.
–	Aquisição de imóveis através de financiamento bancário, considerando o montante e o prazo enormemente esticados.
–	Motivos que levam as pessoas a contraírem um débito maior que o bem adquirido, levando em consideração os juros e taxas pagos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito** – 2005. Brasília, 2005. 125 p. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf. Acesso em: out 2013.

_____. **Relatório de inflação** – 2013. Brasília, 2013, v. 15, nº4. 128 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: out 2013.

_____. **Notas econômico financeiras para a imprensa / histórico** – 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>. Acesso em: jun 2014.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Glossário**. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=238&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>. Acesso em set 2014.

BARBOSA, M. J. da S.; SILVA, M. A. da; PRADO, R. A. D. P. do. **Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor no Pontal do Triângulo**. IX CONVIBRA Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2012. Disponível em: adm.convibra.com.br. Acesso em: out 2013.

BARONE, F. M.; SADER, E. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Revista de administração pública. Rio de Janeiro, 2008.

BODIE, Z.; MERTON, R. C. **Finanças**. 2ª Edição. São Paulo, Bookman, 2000.

BRASIL. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação**. Disponível no link:

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-44>. Acesso em jul 2014.

BRIGHAM, E. F. e HOUSTON, J. F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro; Campus, 1999.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hn9cv/pdf/camargo-9788579830396.pdf>. Acesso em: ago 2013.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. 138 p. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/13678>>. Acesso em: jun 2013.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: out 2013.

DENEGRI, M.(1995). **El desarrollo del concepto de dinero: su función, acuñación y circulación**. Tesis doctoral inéd. Universidad Autónoma de Madrid.

FAFF, R. W. HALLAHAN, T. MCKENZIE, M.D. **An empirical investigation of personal financial risk tolerance**. Financial Services Review, 2004. Disponível em: www.riskprofiling.com/Downloads. Acesso em: jan 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FECOMÉRCIO-SP. **Radiografia do endividamento das famílias nas capitais brasileiras** – jul 2013. Disponível em: http://www.fecomercio.com.br/arquivos/arquivo/radiografia_endividamento_das_familias_brasileiras_aladrmala6.pdf. Acesso em: ago 2013.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIORENTINI, S. R. B. **Inadimplência: como evitar e resolver**. Sebrae, 2004. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/CFC9CD9A9BFCB618032571470043AC91/\\$File/NT000AFAD6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/CFC9CD9A9BFCB618032571470043AC91/$File/NT000AFAD6.pdf). Acesso em: jul 2013.

FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P; PARABONI, A. L.; KUNKEL, F.R. **Níveis de materialismo e endividamento: uma análise de fatores socioeconômicos na mesorregião central do Estado no Rio Grande do Sul**. Artigo apresentado ao XXIV ENANGRAD. Disponível em: http://www.enangrad.org.br/anais2013/_resources/artigos/fin/04.pdf. Acesso em: dez2013.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. **Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento**. R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte, 2013.v. 12 · n. 2 · p. 13-35. ISSN 1984-6975 (online). Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18241/influencia-de-fatores-comportamentais-na-propen--->. Acesso em: mar 2014.

FRADE, C. **A regulação do sobreendividamento**. Tese de Doutorado. Faculdade de economia da universidade de Coimbra - FEUC. Coimbra, 2007.

FREUND, J. E. **Estatística aplicada : economia, administração e contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FURLAN, R. C. **A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima: aspectos econômicos e jurídicos**. Dissertação de mestrado em Economia da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

GARMAN, E. T., LEECH, I. E., & GRABLE, J. E. (1996). **The negative impact of employee poor personal financial behaviors on employers.** Financial Counseling and Planning, 7, 157–168.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

HAAS, O. J. **Overindebtedness in Germany.** International Labour Organization. Working paper n. 44. Geneva, 2006 Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117963.pdf. Acesso em ago 2013.

HENNIGEN, I. **Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da psicologia social.** Rev. Mal-Estar Subj. vol.10 no.4 Fortaleza dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000400006&script=sci_arttext. Acesso em: ago 2013.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and Beyond.** The World Bank, oct. 2005.

JACOBY, Melissa B. **Does indebtedness influence health?** Article first published online: 24 JAN 2007 DOI: 10.1111/j.1748-720X.2002.tb00426.x. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-720X.2002.tb00426.x/abstract>. Acesso em jan 2014.

KASZNAR, I. K., e GONÇALVES, B. M. L. (2007). **Regressão múltipla: uma digressão sobre seus usos.** Rio de Janeiro: IBCI.

KIM, J., & GARMAN, E. T. **Financial stress and absenteeism: An empirically derived research model.** 2003. Financial Counseling and Planning, 14(1), 31–42.

KIM, J., & GARMAN, E. T. **Financial stress, pay satisfaction, and workplace performance**. 2004. *Compensations and Benefits Review*, 69–76.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2006.

Lei n.º 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: ago 2013.

Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: ago 2013.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1987.

LUCCI, C. R; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. dos. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. 2006. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf . Acesso em: out 2013.

MACHADO, L. H. M. **Educação financeira perspectivas, antecedentes e visão global**. Artigo meio eletrônico, postado em 22/03/2011. Disponível em: <<http://www.lhmachado.com/avisos/artigoeducacaofinanceiraperspectivasantecedentesvisaoglobal>>. Acesso em ago 2014.

MANKIW, N. G. **Princípios de macroeconomia**. 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. In: **Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (org.)**. Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

Coimbra: Coimbra Editora, 2004. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MMLM2003.pdf. Acesso em: ago 2013.

MATOS, C. A. de; BONFANTI, K. **Comportamento Compulsivo de Compra: Fatores Influenciadores no Público Jovem**. Rio de Janeiro: 2008. Enampad.

MELTZER, H.; BEBBINGTON, P.; BRUGHA, T.; FARRELL, M.I; JENKINS, R. **The relationship between personal debt and specific common mental disorders**. The European Journal of Public Health Advance Access published March 20, 2012.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1999.

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development). **Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness**. Recommendation of The Council. July, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: jan 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **The determinants of health**. Disponível em: <<http://www.who.int/hia/evidence/doh/en/>> Acesso em: ago 2013.

PEREIRA, C. R.; STREHLAU, S. **A Dívida na dívida: um estudo sobre o endividamento familiar**. V Encontro de Marketing da ANPAD. 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=811&cod_evento_edicao=62&cod_edicao_trabalho=14142#self. Acesso em: set 2013.

PONCHIO, M. C. **The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of Sao Paulo**. Tese de Doutorado. 175p. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006.

RIBEIRO, C. do A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. de A.; TRINDADE, L. de L.; MALLMANN, E. I. **Finanças Pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração**. São Paulo: 2009. XII SEMEAD. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>. Acesso em: dez2013.

ROSETTI JUNIOR, H. **Análise comparativa de risco do câmbio e das taxas de juros na crise cambial de 1999**. Brasília (DF): UnB, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/>>. Acesso em: Set2013.

SAITO, A. T.; SAVOIA J.R. F.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**. In: Seminário em Administração, 2006. São Paulo. Anais. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf. Acesso em jan 2014

SANTOS, L. R. dos. **Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial**. Boletim responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro - BCB. Ano 4, n. 39, fevereiro de 2009.

SCHRICKEL, W. K. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta – como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados. **Governo federal desenvolve novo sistema para gestão de pessoas.** 2011. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/noticias/governo-federal-desenvolve-novo-sistema-para-gestao-de-pessoas>. Acesso em mai 2014.

SILVA, J. A. **Análise do estabelecimento de limite de crédito: um estudo de caso apresentado no curso de pós-graduação na Universidade de Taubaté-SP,** 2002. Disponível em: <http://www.unitau.br/cursos/pos-graduação/mestrado/gestao-e-desenvolvimento-regional/dissertacoes/dissertacoes-2002-silva_jose_antonio_da.pdf>. Acesso em: fev 2014.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SUNG, J.; HANNA, S. **Factors related to risk tolerance.** Financial Conseling and Planing, v. 8, p. 47-58, 1996.

TEMÓTEO, A. **Servidores públicos já devem R\$ 135,2 bilhões aos bancos.** Correio Brasiliense. Brasília, 29/11/2103. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/11/29/internas_economia,400828/servidores-publicos-ja-devem-r-135-2-bilhoes-aos-bancos-por-emprestimo.shtml. Acesso em: mai2014.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. PDI: **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2010-2014.** Vitória, 2010. Disponível em: <www.proplan.ufes.br/upload/PDI_UFES.pdf>. Acesso em: out2013.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda.** São Paulo, 2007. 57f. Dissertação (Mestre em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2007.

ZOUAIN, D.M.; BARONE, F.M.; ESTRELLA, J. **Estudo sobre o mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as pequenas e micro empresas.** Brasília: Sebrae, 2007. 152 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelos de regressão criado no SPSS pelo método backward.

Variáveis na equação		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	Renda_mensal			51,807	3	,000	
	Renda_mensal(1)	1,283	,204	39,662	1	,000	3,609
	Renda_mensal(2)	1,116	,174	41,363	1	,000	3,053
	Renda_mensal(3)	,605	,167	13,121	1	,000	1,832
	Sexo(1)	,244	,121	4,049	1	,044	1,276
	N.Dep.IR	,116	,058	3,981	1	,046	1,123
	Est.Civil			1,720	4	,787	
	Est.Civil(1)	-,478	,641	,557	1	,456	,620
	Est.Civil(2)	-,546	,636	,739	1	,390	,579
	Est.Civil(3)	-,641	,661	,940	1	,332	,527
	Est.Civil(4)	-,355	,675	,276	1	,599	,701
	Graulnst			10,733	4	,030	
	Graulnst(1)	20,821	28377,005	,000	1	,999	1102868957,145
	Graulnst(2)	,857	,294	8,507	1	,004	2,357
	Graulnst(3)	,550	,373	2,174	1	,140	1,733
	Graulnst(4)	,388	,181	4,573	1	,032	1,474
	Faixa_etaria			1,667	3	,644	
	Faixa_etaria(1)	-,273	,255	1,142	1	,285	,761
	Faixa_etaria(2)	-,137	,165	,694	1	,405	,872
	Faixa_etaria(3)	-,003	,153	,000	1	,983	,997
	Constante	-,473	,643	,541	1	,462	,623
Etapa 2 ^a	Renda_mensal			51,949	3	,000	
	Renda_mensal(1)	1,278	,203	39,460	1	,000	3,590
	Renda_mensal(2)	1,120	,173	41,800	1	,000	3,066
	Renda_mensal(3)	,609	,167	13,338	1	,000	1,839
	Sexo(1)	,254	,119	4,560	1	,033	1,289
	N.Dep.IR	,110	,057	3,673	1	,055	1,116
	Graulnst			10,782	4	,029	
	Graulnst(1)	20,793	28373,180	,000	1	,999	1071766782,961
	Graulnst(2)	,859	,293	8,567	1	,003	2,360
	Graulnst(3)	,547	,372	2,160	1	,142	1,729
	Graulnst(4)	,389	,181	4,605	1	,032	1,475
	Faixa_etaria			1,608	3	,658	
	Faixa_etaria(1)	-,257	,247	1,082	1	,298	,773
	Faixa_etaria(2)	-,140	,162	,748	1	,387	,870
	Faixa_etaria(3)	-,016	,152	,011	1	,916	,984
	Constante	-,990	,143	48,280	1	,000	,371
Etapa 3 ^a	Renda_mensal			52,180	3	,000	
	Renda_mensal(1)	1,199	,190	39,980	1	,000	3,317
	Renda_mensal(2)	1,099	,171	41,294	1	,000	3,001
	Renda_mensal(3)	,602	,166	13,137	1	,000	1,826
	Sexo(1)	,259	,119	4,741	1	,029	1,295
	N.Dep.IR	,113	,057	3,974	1	,046	1,120
	Graulnst			14,960	4	,005	

GrauInst(1)	20,916	28371,446	,000	1	,999	1212083262,355
GrauInst(2)	,940	,281	11,233	1	,001	2,561
GrauInst(3)	,621	,364	2,902	1	,088	1,861
GrauInst(4)	,428	,175	5,979	1	,014	1,534
Constante	-1,036	,124	69,876	1	,000	,355

a. Variáveis inseridas na etapa 1: Renda_mensal, Genero, N.Dep.IR, Est.Civil, GrauInst, Faixa_etaria.

Variables in the Equation

Variáveis não presentes na equação

			Pontuação	df	Sig.
Etapa 2 ^a	Variáveis	Est.Civil	1,733	4	,785
		Est.Civil(1)	,198	1	,657
		Est.Civil(2)	,275	1	,600
		Est.Civil(3)	,422	1	,516
		Est.Civil(4)	,449	1	,503
		Estatísticas globais	1,733	4	,785
Etapa 3 ^b	Variáveis	Est.Civil	1,671	4	,796
		Est.Civil(1)	,016	1	,898
		Est.Civil(2)	,165	1	,684
		Est.Civil(3)	,222	1	,637
		Est.Civil(4)	,629	1	,428
		Faixa_etaria	1,611	3	,657
		Faixa_etaria(1)	,811	1	,368
		Faixa_etaria(2)	,504	1	,478
		Faixa_etaria(3)	,148	1	,700
		Estatísticas globais	3,342	7	,852

a. Variáveis removidas na etapa 2: Est.Civil.

b. Variáveis removidas na etapa 3: Faixa_etaria.

APÊNDICE B - Questionário aplicado via internet (Google drive) aos servidores ativos da UFES.

A – DADOS DO SERVIDOR

1. **Sexo:** () masculino () feminino

2. **Idade:** _____

3. **Estado Civil:**

() solteiro () casado () união estável () viúvo () divorciado () outro.

4. **Número de dependentes**

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais

5. **Situação**

() Ativo () Aposentado () Ativo e aposentado, possui 2 ou mais vínculos sendo que pelo menos 1 é ativo.

6. **Qual o seu tempo de serviço na instituição?** _____

7. **Qual o seu tempo de serviço no serviço público?** _____

8. **Carreira**

() Técnico Administrativo em Educação () Professor

9. **Qual seu rendimento bruto mensal**

- () até 1.449,99 reais
- () entre 1.450,00 e 2.899,99 reais
- () entre 2.900,00 e 7.249,99 reais
- () entre 7.250,00 e 14.499,99 reais
- () acima de 14.500,00 reais

10. **Escolaridade**

- () Primário ou fundamental Incompleto, alfabetizado
- () Ensino fundamental Completo

- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Superior Completo
- ☐ Pós-graduado Lato sensu (especialização, MBA)
- ☐ Pós-graduado Stricto sensu Mestrado
- ☐ Pós-graduado Stricto sensu Doutorado ou pós Doutorado

11. Quantas consignações referentes a empréstimos/ financiamentos você possui atualmente? Se nenhuma pule para a questão 21.

- ☐ Nenhuma
- ☐ Apenas 1
- ☐ de 2 a 3
- ☐ de 4 a 5
- ☐ mais de 5

B – EMPRESTIMO CONSIGNADO

12. Qual o motivo que o levou a adquirir a(s) consignação(s) referente(s) a empréstimo/ financiamento?

- ☐ Compra de bem de consumo (eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, etc)
- ☐ Compra de imóvel (casa, apartamento, terreno, etc.)
- ☐ Compra de veículo (carro, moto, bicicleta, etc)
- ☐ Problemas de saúde (exames, remédios, internação, etc)
- ☐ Para pagar outras dívidas (cheque especial, cartões de crédito, crediários, outros empréstimos, etc)
- ☐ A pedido de terceiros (filho, pai, amigo, etc)
- ☐ Viagens e turismo (lazer)
- ☐ Outros. Qual(is)_____

13. Qual o valor que você pegou emprestado?

- ☐ até R\$ 5.000,00
- ☐ de R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00
- ☐ de R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00
- ☐ de R\$ 20.000,01 até R\$ 30.000,00
- ☐ Acima de R\$ 30.000,00

14. Qual foi o prazo do empréstimo/financiamento? Considerar o último.

- ☐ até 12 meses
- ☐ de 13 a 24 meses
- ☐ de 25 a 36 meses
- ☐ de 37 a 48 meses
- ☐ Acima de 48 meses

15. Você foi contatado pela instituição financeira para adquirir novo empréstimo ou por outra instituição financeira para comprar sua dívida?

- ☐ Sim, por telefone
- ☐ Sim, por E-mail/ redes sociais
- ☐ Sim, por correspondência (correios)
- ☐ Sim, pessoalmente
- ☐ Sim, por outros meios
- ☐ Não.

16. Classifique a frequência com que empréstimos consignados são oferecidos a você por meio de panfletos, ligações, propagandas (Radio e TV), e-mails ou outro meio de comunicação?

- ☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ sempre

17. Além da consignação em folha de pagamento, você utiliza outra(s) modalidade(s) de crédito pessoal? Qual (is)?

- ☐ Cartão de crédito
- ☐ Cheque especial
- ☐ Financiamento imobiliário/ veículos.
- ☐ Outros empréstimos em instituição financeira
- ☐ Não utilizo outras modalidades de crédito
- ☐ outro(s)_____.

18. Você já participou de algum evento na instituição em que trabalha ou aposentou cujo tema central foi a educação financeira?

- ☐ Sim ☐ Não

19. E em outras instituições?

- ☐ Sim ☐ Não

20. Qual o seu grau de concordância com as afirmativas abaixo?

	Discordo plenament e	Discordo em parte	Não concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo plenament e
Eu participaria de algum evento (Curso, fórum, palestra) sobre educação financeira que fosse organizado pela instituição em que trabalho.					

21. Deixe sua sugestão de temas que gostaria que fosse tratado em um curso sobre educação financeira.

ANEXOS

Anexo A – Modelo de relatório mensal do SIAPE com os total referentes a consignações descontadas dos servidores repassadas aos bancos.

EST - ATIVO PERMANENTE					
FORMA REPASSE: FATURAS					
RUBRICA	DENOMINACAO	VALOR CONSIG.	VALOR DECRETO	VALOR REPASSE	VALOR LIQUIDO
30000	RSPP - PREVIDENCIA	10,90	0,05	0,00	10,85
30010	MONGERAL - PREVIDENCIA	1.228,98	0,50	0,00	1.228,48
30011	MONGERAL - EMPRESTIMO	53,92	0,95	0,00	52,97
30017	PREVIMIL - EMPRESTIMO	96,94	2,85	0,00	94,09
30139	SABEMI/PP - PREVIDENCIA	373,67	0,90	0,00	372,77
30141	SABEMI/PP - EMPRESTIMO	1.007,45	6,65	0,00	1.000,80
30142	SABEMI SEG.- SEGURO DE VIDA	63,42	0,15	0,00	63,27
30143	SABEMI SEG.- PREVIDENCIA	1.703,41	4,35	0,00	1.699,06
30182	SIND.SERV.PUB.FED/RO-MENSALID.	61,04	0,00	0,00	61,04
30197	SIND.SERV.PUB.FED/ES-MENSALID.	668,09	0,00	0,00	668,09
30227	ASCB - MENSALIDADE	54,00	0,10	0,00	53,90
30248	PREVISUL - SEGURO DE VIDA	54,40	2,85	0,00	51,55
30393	ANSP - SEGURO DE VIDA	276,44	0,60	0,00	275,84
30408	EQUATORIAL - EMPRESTIMO	322,87	3,80	0,00	319,07
30409	EQUATORIAL - PREVIDENCIA	67,79	0,40	0,00	67,39
30427	SINASEFE - MENSALIDADE	59,45	0,00	0,00	59,45
30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALIDADE	12.096,27	3,55	0,00	12.092,72
30658	GEAP - PREVIDENCIA	56,82	0,05	0,00	56,77
30730	COOSUFF - MENSALIDADE	22,00	0,05	0,00	21,95
30805	ADUR/RJ - S.SINDICAL	74,25	0,05	0,00	74,20
TOTAL	A TRANSPORTAR...	18.352,11	27,85	0,00	18.324,26

EST - ATIVO PERMANENTE					
FORMA REPASSE: FATURAS					
RUBRICA	DENOMINACAO	VALOR CONSIG.	VALOR DECRETO	VALOR REPASSE	VALOR LIQUIDO
31000	GEAP - PLANO SAUDE - PARTIC.	3.952,91	41,80	0,00	3.911,11
31157	CRED-UFES - MENSALIDADE	25.200,45	24,90	0,00	25.175,55
31169	SINTUFES - MENSALIDADE	24.729,38	0,00	0,00	24.729,38
31171	ADUFES - MENSALIDADE	69.756,71	0,00	0,00	69.756,71
31437	SINTURRJ - MENSALIDADE	28,05	0,00	0,00	28,05
31487	MONGERAL - SEGURO DE VIDA	226,32	0,15	0,00	226,17
31519	ASPECIR PREVIDENCIA	74,10	0,30	0,00	73,80
31544	UNIPREV- PREVIDENCIA	18,43	0,05	0,00	18,38
31688	CECM UFV-MENSALIDADE	19,38	0,05	0,00	19,33
31784	COOPSEF/ES -MENSALIDADE	2.441,08	2,90	0,00	2.438,18
31785	COOPSEF/ES -EMPRESTIMO	5.862,35	35,70	0,00	5.826,65
31907	FAMILIA BAND.PREV.PR.PREVIDEN.	1.198,64	12,20	0,00	1.186,44
31926	ASBRASP-MENSALIDADE	805,67	1,20	0,00	804,47
32033	SOC CAX.MUT SOC-PREVIDENCIA	233,89	2,15	0,00	231,74
32121	BANCO DO BRASIL-EMPRES/FINANC	230.458,59	291,20	0,00	230.167,39
32122	SABEMI SEG. - EMPRESTIMO	4.674,11	43,70	0,00	4.630,41
32148	CRED-UFES - EMPRESTIMO	68.705,78	212,80	0,00	68.492,98
32186	UNARH - MENSALIDADE	380,00	0,75	0,00	379,25
32190	PREVIMIL - PREVIDENCIA	86,68	0,20	0,00	86,48
32215	AMERICAN LIFE - SEG. DE VIDA	5.294,57	6,55	0,00	5.288,02
TOTAL	A TRANSPORTAR...	462.499,20	704,45	0,00	461.794,75

EST - ATIVO PERMANENTE
FORMA REPASSE: FATURAS

RUBRICA	DENOMINACAO	VALOR CONSIG.	VALOR DECRETO	VALOR REPASSE	VALOR LIQUIDO
32218	BANCO BMG - EMPRESTIMO	150.589,56	855,95	0,00	149.733,61
32220	BANCO PANAMERICANO-EMPRESTIMO	7.681,54	100,70	0,00	7.580,84
32249	PRODENT-PLANO DE SAUDE	72,00	0,50	0,00	71,50
32286	CEF - EMPRESTIMO/FINANC.	556.805,63	690,20	0,00	556.115,43
32364	FEDERAL VIDA E PREV SEGURO VID	688,24	5,70	0,00	682,54
32367	BANCO CRUZEIRO DO SUL-EMPREST	2.770,54	19,95	0,00	2.750,59
32368	BANCO MATONE - EMPRESTIMO	17.627,02	166,25	0,00	17.460,77
32369	BANCO SANTANDER-EMPRESTIMO	5.708,98	43,70	0,00	5.665,28
32395	BANCO BMC - EMPRESTIMO	5.211,03	50,35	0,00	5.160,68
32401	BANCO BGN - EMPRESTIMO	5.198,15	54,15	0,00	5.144,00
32405	CAPEMISA - PREVIDENCIA	132,94	0,20	0,00	132,74
32408	BANCO RURAL - EMPRESTIMO	90,20	3,80	0,00	86,40
32410	CECM UFV - EMPRESTIMO	261,20	0,70	0,00	260,50
32413	PARANA BANCO - EMPRESTIMO	874,13	3,80	0,00	870,33
32414	BANCO ALFA - EMPRESTIMO	8.150,45	15,20	0,00	8.135,25
32416	BANCO DAYCOVAL - EMPRESTIMO	7.207,73	29,45	0,00	7.178,28
32417	BANCO FIBRA - EMPRESTIMO	2.101,16	4,75	0,00	2.096,41
32418	BCO LUSO BRASILEIRO-EMPRESTIMO	272,49	1,90	0,00	270,59
32422	BANCO SOFISA S.A - EMPRESTIMO	198,95	8,55	0,00	190,40
32426	BERGS - EMPRESTIMO	5.244,96	40,85	0,00	5.204,11
TOTAL	A TRANSPORTAR...	1.239.386,10	2.801,10	0,00	1.236.585,00

EST - ATIVO PERMANENTE
FORMA REPASSE: FATURAS

RUBRICA	DENOMINACAO	VALOR CONSIG.	VALOR DECRETO	VALOR REPASSE	VALOR LIQUIDO
32435	HSBC BANK BRASIL - EMPRESTIMO	351,12	6,65	0,00	344,47
32436	BANCO. VOTORANTIM-EMPRESTIMO	19.100,04	137,75	0,00	18.962,29
32444	BANCO INTERMEDIUM-EMPRESTIMO	576,39	1,90	0,00	574,49
32561	BRADESCO - SEGURO DE VIDA	839,25	0,70	0,00	838,55
32609	CIASPREV - PREVIDENCIA PRIVADA	62,60	0,20	0,00	62,40
32610	CIASPREV - EMPRESTIMO	861,24	7,60	0,00	853,64
32623	GEAP - PER CAPITA PATROCINADOR	17.469,52	0,00	0,00	17.469,52
32625	BANESTES S/A EMPRESTIMO	1.605,35	2,85	0,00	1.602,50
32707	ANIASPE-MENSALIDADE	294,10	0,20	0,00	293,90
32717	ASFEP - MENSALIDADE	383,32	0,65	0,00	382,67
73580	COTA PARTE PRE-ESCOLAR	2.332,50	0,00	0,00	2.332,50
TOTAL		1.283.261,53	2.959,60	0,00	1.280.301,93

Anexo B – Tabela com dados do endividamento das famílias brasileiras, retirada do extrato de dados do site do Banco Central do Brasil.

Endividamento em relação à renda dos últimos 12 meses							
Mês/AA	%	Mês/AA	%	Mês/AA	%	Mês/AA	%
jan/05	18,4	abr/07	26,1	jul/09	33,8	out/11	41,7
fev/05	18,8	mai/07	26,7	ago/09	34,2	nov/11	41,9
mar/05	19,2	jun/07	26,8	set/09	34,6	dez/11	41,7
abr/05	19,6	jul/07	27,3	out/09	35,0	jan/12	42,1
mai/05	19,9	ago/07	27,7	nov/09	35,2	fev/12	42,2
jun/05	20,1	set/07	27,9	dez/09	35,4	mar/12	42,4
jul/05	20,3	out/07	28,7	jan/10	35,8	abr/12	42,6
ago/05	20,8	nov/07	29,2	fev/10	36,1	mai/12	42,9
set/05	21,1	dez/07	29,1	mar/10	36,5	jun/12	43,2
out/05	21,4	jan/08	29,6	abr/10	36,9	jul/12	43,4
nov/05	21,6	fev/08	30,0	mai/10	37,3	ago/12	43,8
dez/05	21,5	mar/08	30,5	jun/10	37,5	set/12	43,5
jan/06	22,0	abr/08	30,9	jul/10	37,8	out/12	43,6
fev/06	22,3	mai/08	31,3	ago/10	38,1	nov/12	43,6
mar/06	22,7	jun/08	31,5	set/10	38,5	dez/12	43,4
abr/06	23,1	jul/08	31,8	out/10	38,8	jan/13	43,6
mai/06	23,4	ago/08	31,9	nov/10	39,2	fev/13	43,8
jun/06	23,5	set/08	32,2	dez/10	39,2	mar/13	44,0
jul/06	23,8	out/08	32,9	jan/11	39,5	abr/13	44,3
ago/06	24,1	nov/08	32,7	fev/11	39,9	mai/13	44,6
set/06	24,2	dez/08	32,2	mar/11	40,1	jun/13	44,9
out/06	24,3	jan/09	32,2	abr/11	40,3	jul/13	45,1
nov/06	24,5	fev/09	32,5	mai/11	40,8	ago/13	45,4
dez/06	24,5	mar/09	32,8	jun/11	40,9	set/13	45,3
jan/07	24,9	abr/09	33,0	jul/11	41,0	out/13	45,4
fev/07	25,3	mai/09	33,3	ago/11	41,4	nov/13	45,6
mar/07	25,6	jun/09	33,5	set/11	41,5	dez/13	45,5

Fonte:(BCB, 2014)